



Temas históricos e historiográficos sul-rio-grandenses

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA**

153



Temas históricos e historiográficos sul- rio-grandenses



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 153 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Marcelo França de Oliveira

Temas históricos e historiográficos sul-rio-grandenses



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Temas históricos e historiográficos sul-rio-grandenses
- Autores: Francisco das Neves Alves e Marcelo França de Oliveira
- Coleção Rio-Grandense, 153
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-140-8

CAPA: Representação caricatural da Revolução de 1930 – CARETA, Rio de Janeiro, 8 nov. 1930.

SUMÁRIO

O último gabinete imperial na perspectiva do jornalismo rio-grandino / 11

Francisco das Neves Alves

A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário / 33

Marcelo França de Oliveira

Memórias de um vencido: o general míope e a Revolução de 1930 / 85

Marcelo França de Oliveira

Revoltas e revoluções sul-rio-grandenses sob o prisma historiográfico: breve estudo de caso a partir da imprensa / 97

Francisco das Neves Alves

O último gabinete imperial na perspectiva do jornalismo rio-grandino

Francisco das Neves Alves*

O ano de 1889 foi marcante para a história da forma de governo monárquica no Brasil, ficando caracterizado como aquele em que se daria a última inversão partidária entre conservadores e liberais no comando da política brasileira e a própria queda da Monarquia, culminância de um processo de desgaste que tivera a sua gênese ainda ao final da década de sessenta. Envolvido em escândalo financeiro e com sérias dificuldades a serem resolvidas acerca da indenização aos ex-proprietários de escravos, abolidos em 1888, o ministério conservador caiu em junho de

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

1889, cabendo aos liberais montarem o derradeiro dos gabinetes imperiais. O indicado para chefiar o novo ministério foi o Visconde de Ouro Preto, cuja difícil missão era resolver a profunda crise que ameaçava as instituições monárquicas. Um dos objetivos do novo gabinete foi buscar acalmar o setor castrense, entregando aos militares os postos ministeriais a eles ligados. Buscou também controlar o avanço dos republicanos, procurando propor um programa de reformas ainda mais profundas que esvaziasse as propostas republicanas, no entanto, as discrepâncias no próprio seio do Partido Liberal colocavam o novo ministério numa situação extremamente delicada, premido entre ideais menos ou mais radicais quanto ao programa reformista, mormente no que tange à questão entre a federalização e a centralização das províncias.

No contexto partidário gaúcho, entre 1885 e 1889, o Partido Liberal continuava dominando a Assembleia Provincial e movendo oposição aos presidentes conservadores. Os republicanos, por sua vez, buscavam avançar como força partidária organizada, em termos numéricos, porém, ainda eram pouco expressivos, tendo chegado a eleger um deputado, em 1885. Já os conservadores rio-grandenses encontravam-se envolvidos em graves cisões que praticamente anulavam a atuação política de seu partido; esta situação tornou-se ainda mais grave após a abolição, quando significativo contingente do Partido Conservador abandonou sua agremiação e engrossou as fileiras republicanas. Com a nova inversão partidária de 1889, no Rio Grande do Sul, a situação liberal levaria Gaspar da Silveira Martins à Presidência e, pela última vez, o

Partido Liberal conseguiria ocupar tanto o Executivo quanto o Legislativo provinciais.

Os desacertos e cisões no seio dos partidos imperiais, o recrudescer da ação dos republicanos e a manifesta e crescente insatisfação dos militares levaram a um clima de profunda tensão que, associado à crise política, redundaria na queda da Monarquia, cujos alicerces vinham sofrendo profundas fissuras, ao longo das três últimas décadas, preparando-se o caminho para a mudança institucional de 15 de Novembro de 1889. Todas estas transformações na vida política brasileira encontrariam eco através da imprensa, uma vez que os jornais tanto foram influenciados quanto, muitas vezes, foram determinantes nas mudanças em curso. No Rio Grande do Sul, liberais e conservadores, há décadas, digladiavam-se através do jornalismo e, desde os anos oitenta, o movimento republicano também soubera usufruir do poder da palavra expressa por meio dos periódicos. Na cidade do Rio Grande, este processo não foi diferente, pois, em tal comunidade circulavam algumas das mais tradicionais e significativas folhas gaúchas, caracterizando-se a cidade portuária como uma das mais importantes no cenário sul-rio-grandense de então. Nesse sentido, a ascensão do último gabinete imperial e a grave crise na qual se encontrava o país não passariam, de modo algum, em branco pelas páginas das publicações periódicas rio-grandinas, verificando-se dois tipos básicos de reações, o entusiasmo da parte dos jornais de afinidade liberal e a aberta oposição no que se refere à imprensa conservadora¹.

¹ Sobre o contexto histórico dessa época, no contexto nacional e regional, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à

O entusiasmo da imprensa liberal

Ao final dos anos oitenta, duas das principais folhas rio-grandinas defendiam os princípios do Partido

República. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v. 7. p. 355-60.; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p. 175-6.; IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 179-80.; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 461-4.; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. p. 270-5.; SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 106-8.; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf & VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Contribuição para a interpretação do processo político-partidário sul-rio-grandense no Império. *Revista do IFCH/UFRGS*. Porto Alegre: UFRGS, 1979-80. ano 8. p. 137-8.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 26-7.; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 116-7.; TRINDADE, Hêlgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 128-9.; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991. p. 62-5.; e ALVES, Francisco das Neves. A transição Monarquia – República no Rio Grande do Sul: um enfoque político. In: ALVES, F.N. & TORRES, L.H. (orgs.). *Temas de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1994. p. 116-8.

Liberal. Uma delas era o *Diário do Rio Grande*, um dos periódicos mais tradicionais e longevos de então no contexto provincial, tendo surgido em 1848 e adotando uma postura de apoio aos liberais, a partir de 1878. Ainda que buscasse demarcar que seu norte editorial não tinha como orientação básica o partidarismo, muitas vezes declarando-se como neutro, o *Diário* manteve incólume sua filiação aos ditames liberais. O outro jornal diário rio-grandino que se vinculara ao Partido Liberal foi o *Artista*, folha que, desde as suas origens, em 1862, aproximara-se e/ou filiara-se partidariamente aos liberais. Além dessas duas publicações diárias, um semanário caricato, típico representante da pequena imprensa, o *Bisturi*, criado em 1888, também demonstrava em suas páginas uma forte aproximação com o gasparismo liberal. Para estes periódicos, a ascensão do último gabinete imperial foi motivo de júbilo, ainda que chegassem a observar os riscos da situação política de então.

A ascensão dos liberais ao governo foi recebida com alívio de parte do *Diário do Rio Grande* que considerou o Brasil “finalmente livre” do ministério conservador, “que por forma tão desagradável para o país assinalou o seu período administrativo”. Aplaudia também a escolha de Silveira Martins para a Presidência da Província, fato que revelaria “da parte do atual ministério, desejos de entregar a administração das províncias a homens de reputação feita, com um nome a zelar” e que, devido a suas posições, tivessem “uma grande responsabilidade na gestão dos negócios públicos”; pretendendo enfim, “promover as grandes reformas do programa liberal”, começando “por mandar para as províncias os primeiros homens do partido,

aqueles que tinham responsabilidade direta e o prestígio do seu nome e da sua capacidade” (*Diário do Rio Grande*, 9 e 19 jun. 1889).

Diante do novo quadro político nacional e regional, o periódico criticou severamente aos conservadores que se convertiam em republicanos, afirmando que os mesmos deveriam “declarar-se republicanos quando eram ainda representantes da nação e o seu partido punha e dispunha na governação do Estado”. De acordo com o jornal, “o programa republicano não oferecia mais vantagens em benefício do país” do que anteriormente, de modo que a passagem “para os arraiais republicanos”, dera-se porque o Partido Conservador caíra do poder. Com isso, a folha diária, mesmo como “órgão imparcial”, manifestava sua estranheza perante “a singular inversão que se observava na Província: os conservadores a avolumar as falanges republicanas para bater a Monarquia e os liberais a defendê-la” (*Diário do Rio Grande*, 11 jul. 1889).

Na perspectiva do *Diário* eram os conservadores os grandes responsáveis pela crise monárquica e que a conversão destes aos ideais republicanos constituía-se na “anarquia política levada ao seu auge”. Considerava, dessa maneira, “que ninguém fizera ainda maior mal à Monarquia no Brasil do que o Partido Conservador”, uma vez que, ao “fazer a abolição de chofre, sem a menor consideração por interesses de maior transcendência”, não observou os interesses das “classes que, mais direta e profundamente prejudicadas pela abolição imediata e sem indenização, revoltaram-se com o que elas consideravam um atentado e uma espoliação”, as quais se divorciaram da Monarquia. Acusava, assim, o ministério conservador de,

“exorbitando do seu programa” ter comprometido “a instituição monárquica, imprimindo com aquele seu ato grande impulso à propaganda republicana” (*Diário do Rio Grande*, 12 jul. 1889).

Embora ainda buscasse sustentar a postura apartidária, a folha diária deu amplo apoio ao ministério liberal que estaria “se tornando credor da benemerência do país”, devendo-lhe fazer justiça todos aqueles que “na imprensa não se inspiravam senão no bem público, fosse este promovido por liberais ou conservadores”, já que, “nunca no Brasil se vira um governo fazer tanto em tão pouco tempo”. Para o diário, lançando-se “uma vista retrospectiva pelos diversos ministérios que se tem sucedido na governação do Estado, tanto liberais como conservadores” não se encontrava “nenhum que, como o atual, se tivesse compenetrado tanto da sua verdadeira missão”; era apontado “como um ministério que trabalhava, que procurava dar a razão da sua existência, que procurava impor-se à consideração e aplausos da nação, criando meios de progresso e desenvolvendo os que já existiam” (*Diário do Rio Grande*, 25 ago. 1889).

Ainda que se declarando apolítico e justificando-se por agir em nome do bem público, o jornal fazia campanha pelas candidaturas liberais contra conservadores e republicanos. Afirmava que “fazendo abstração de ideia política” trataria as eleições “sob o ponto de vista das conveniências gerais da Província”, explicando que havia “de um lado o governo, representado perante as urnas por um partido forte e numeroso”, que promoveria “a máxima prosperidade desta parte do Império”, e do outro, “dois partidos, um completamente desmantelado e outro, novel ainda e, portanto, sem elementos para poder desde já aspirar a

assumir a suprema governação do Estado”, ou seja, “dois partidos que nada absolutamente poderiam fazer em benefício da Província”. Destacava ainda que se deveria “dizer em honra da verdade” que o governo teria feito “por merecer a confiança do país, iniciando uma administração que contrastava agradavelmente com o *carrancismo* e a esterilidade que caracterizavam as administrações do Império” (*Diário do Rio Grande*, 27 ago. e 5 set. 1889).

A ascensão dos liberais ao poder na formação do último gabinete monárquico foi entusiasticamente recebida pelo *Artista*, que anunciou a inversão partidária como “a boa nova que era ansiosamente esperada”, dando “os parabéns à Província e ao país, por ver apeada do poder a situação conservadora, cuja ominosa administração tão prejudicial tinha sido ao país”, num “triste espetáculo de desmoralização e de desordem”. Afirmava a folha que, “nas críticas circunstâncias do país, o Partido Liberal, assumindo as rudes responsabilidades da governação”, dava “uma solene demonstração do seu patriotismo e do seu devotamento pelo bem da Pátria”. O jornal congratulava-se, assim, pela subida dos liberais “ao poder e por ver inaugurada na pública administração uma era de moralidade e de justiça” e dava “vivas” ao “progresso com moralidade e à liberdade que era o lema da bandeira” liberal. Para o periódico, a situação conservadora caíra do poder, “com o gabinete, que desceu a vala dos executados, amortalhado no sudário de imoralidades e de escândalos, que lhe valeram o cognome infamante pelo qual haveria de ser designado nos fastos parlamentares” ficando também “sem apoio de nenhuma das classes da sociedade, porque de todos se alheou pelos seus erros e

pela sua inépcia”, de modo que “nunca” um ministério teria deixado “o poder assoberbado por tão geral e afrontosa condenação”² (*Artista*, 8 e 10 jun. 1889).

A escolha de Gaspar da Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul foi elogiada pelo jornal e apontada como atestado do “critério e elevada compreensão das necessidades do país, pondo à frente do governo da Província um homem do prestígio, da influência e do reconhecido mérito”, como o seria aquele líder liberal. Na opinião da folha, Silveira Martins conhecia “perfeitamente a Província, os seus homens, as suas necessidades e as suas aspirações”, tendo reservado para esta “uma dedicação nunca desmentida,

² Diante do quadro de crescente crise política, o *Artista* defendia que o Partido Liberal representaria a única solução para vencer as dificuldades que estariam ameaçando até mesmo a estabilidade das instituições monárquicas: “O sistema constitucional tem sido falseado, as leis tem sido violadas pelos governos. É infelizmente certo. Importará isso, porém, que seja infalível e fatal uma reforma radical da forma de governo? Não o pensamos, antes estamos convencidos que ela é perfeitamente compatível com as grandes reformas liberais, a que a população aspira. O que é preciso é entrar francamente no caminho das reformas, para que o povo intervenha na administração do país, assumindo a responsabilidade dos seus destinos. A agitação atual, mistura confusa de crenças sinceras e de interesses prejudicados, que aspiram por uma indenização, desaparecerá logo que o povo se convença de que em vez de comparsa, assumirá o papel que legitimamente lhe pertence nos negócios públicos. É esta a missão do Partido Liberal, subindo ao poder no momento atual, missão difícil em verdade, mas não superior ao patriotismo e à dedicação de que tantas provas” têm dado os liberais (*Artista*, 10 jun. 1889).

consagrando constantemente a sua palavra, a sua energia e os seus esforços em favor do engrandecimento e da prosperidade” rio-grandenses. Previa, desse modo, que a administração daquela liderança, “pautada pelos severos preceitos da justiça e da lei”, seria “larga e fecunda” como “inquebrantável”, havia sido “a sua dedicação pelos interesses desta terra”. Manifestava plena confiança no “eminente estadista” e saudava “o preclaro e devotado chefe do brioso partido, cujo patriotismo brilhantemente fulgurava nos fastos da heroica Província do Rio Grande do Sul” (*Artista*, 5 jul. 1889).

Mesmo admitindo a gravidade da situação pela qual estaria passando o país, naquele momento, a folha rio-grandina não aceitava, no entanto, qualquer hipótese quanto à modificação da forma monárquica, destacando que, apesar das “graves circunstâncias” de então, as mesmas não eram “tão assustadoras como por exagerado temor se afigurava a uns e, por cálculo interesseiro, apregoavam outros”. Antes da forma de governo, o jornal propunha que era preciso “regenerar os costumes e formar o caráter dos cidadãos”. Criticava os republicanos, considerando-os como “profetas interesseiros e apaixonados”, que exageravam a agitação e apregoava “que as apostasias que se reproduziam eram indício infalível que em breve a erupção do vulcão republicano subverteria os alicerces das instituições” monárquicas. Segundo o periódico, “a evolução política de um povo não dependia do caminho que seguiam determinados indivíduos, mas da soma das vontades nacionais”, considerando que a mudança “da forma de governo era uma verdadeira abstração, que não se realizaria e não se impunha como necessidade social”,

senão no momento em que se condensasse “nos costumes e nas tendências das populações” (*Artista*, 5 e 11 jul. 1889).

Na perspectiva do *Artista*, estavam enganados aqueles que se insurgiam “pelas explosões de despeitos”, e que julgavam “inevitável e próxima a transformação das bases do governo nacional”; bem como estavam iludidos os que supunham “inevitáveis os exageros de reformas, os extremos da revolução e a subversão de todos os princípios e instituições”, pois esqueciam que só seria “possível a existência e o progresso com a harmonia e a cooperação de todos os elementos”. Defendia, dessa maneira, que “para a verdadeira democracia moderna, a questão não era de forma, mas de liberdade prática, de desenvolvimento amplo e profícuo de todas as forças do organismo nacional”. Buscava, assim, garantir que “após tantos anos de paz e de prosperidade”, sob a Monarquia, o país não iria “lançar-se às aventuras perigosas de uma jornada” que punha “em risco a sua tranquilidade e a sua integridade, seduzido apenas pela enganadora miragem de um ideal que, praticamente estava reconhecido não ser superior” à forma monárquica. Pregava a desconfiança contra os republicanos, uma vez que os mesmos estariam sustentando “uma causa que tirava forças e alento da insensatez”, sacrificando “os sagrados interesses da Pátria às “suas paixões ambiciosas e odientas” (*Artista*, 11 jul. 1889).

A censura de parte do periódico também se direcionava aos republicanos de última hora, apontando que, “ao lado dos republicanos idealistas, que ambicionavam a república, seduzidos pela beleza teórica do sistema e embalados por harmonias metafísicas”, se

agrupavam “os convertidos, os despeitados que queriam a revolução, não pelo que ela podia construir de sólido, em benefício do país, mas pelo que ela poderia destruir”, vingando “os seus ódios e saciando os sôfregos desejos da ambição”. Para a folha, a maioria dos que formavam “nas fileiras dos adversários do sistema de governo, não eram crentes verdadeiros, mas conversos de última hora, ambiciosos vulgares, que ao sentimento de vaidade ofendida e ao desespero das pretensões malogradas”, sacrificavam “as convicções, vendendo a consciência pelo único desejo de se vingar”. Ressaltava, de acordo com esta ideia que não assustavam “as apostasias que os adeptos da república exalçavam como indício do seu próximo advento” (*Artista*, 11 e 12 jul. 1889).

A fragmentação do Partido Conservador e a retirada de parte de seus membros para o campo republicano era qualificada pelo jornal como uma atitude ilegítima, injustificável e perigosa às instituições monárquicas. Na opinião da folha, “a desorganização, a confusão e a anarquia” que lavrava no seio dos conservadores, “crescia e avolumava-se com progressiva intensidade, de dia para dia”, sendo inaceitável que muitos dos sectários desta agremiação tivessem “abjurado a antiga fé e atirado ao mar a pesada carga das convicções e crenças passadas”, indo “arregimentar-se entre os sapadores que visavam subverter as bases do governo”. Argumentava que os conservadores, “em vez de se unirem aos que defendiam a ordem e a tranquilidade do país, defendendo o sistema”, haviam ligando-se aqueles que pretendiam “subverter a ordem das coisas estabelecidas”; cegos que estavam pelo “despeito e pelas paixões pessoais”, não percebiam “o perigo de darem apoio” aos republicanos, o que não

importaria “em uma simples traição a sua fé, mas em verdadeiro suicídio”. Nesse sentido, vaticinava que os conservadores, ao estimular a agitação, em vez de buscar acalmá-la, viriam “a arrepender-se amargamente”, se aquela “simples faísca”, que contava com “a sua errônea compreensão e o seu auxílio”, viesse a transformar-se “em um incêndio assustador” (*Artista*, 1º ago. 1889).

O semanário *Bisturi*, desde o início de 1889, denunciava as demissões de natureza política que estariam sendo promovidas pelos governistas contra os funcionários liberais, qualificando este procedimento como “indecente e censurável”, pois “demitir-se cidadãos que cumpriam honestamente os seus deveres, pelo simples fato de não escravizarem as suas consciências e não traírem as suas crenças políticas” era “uma imoralidade monstruosa, uma vilania, só própria de individualidades reles, insignificantes e corruptas, de caracteres prostituídos, e não de homens sérios”, os quais pretendessem “uma posição elevada na sociedade”. A corrupção e o desvio de verbas públicas era outra acusação do jornal contra os governantes conservadores. Sob o título de “Abaixo o governo”, o periódico destacava que, com a administração conservadora, o país ia “de mal a pior”, sendo “de notória gravidade” o seu “estado financeiro e econômico”. Afirmava que o “Tesouro estava exausto de recursos e que, apesar disso, a rapinagem estava na ordem do dia”, advindo daí, “o desprezo do povo por esses homens sem patriotismo que assim desgraçavam o país”, parecendo que estava “aniquilado nas altas regiões o sentimento do dever à moralidade governamental”, como estaria demonstrando aquele

“governo imprestável, desleal, ignorante e mau” (*Bisturi*, 13 jan. e 17 fev. 1889).

Para o hebdomadário caricato o governo exercia, “com assombroso descaramento, o patronato mais desbragado que se conhecia”, contribuía para aumentar a “dívida pública dentro e fora do país” e perseguia “atrozmente ao comércio e ao povo, com impostos e constantes vexações” além de dificultar-lhes “os meios de aumentar as suas rendas e progredir as suas indústrias”. O periódico concluía destacando que, “diante de fatos tão escandalosos”, não havia “em nenhum espírito cívico, calma e serenidade”, de modo que “todos se revoltavam e bradavam” contra o governo. Segundo o *Bisturi*, a queda do gabinete conservador seria iminente, declarando que o Brasil encontrava-se “em crise ministerial” e que o partido governista estava “pobre e não tardaria a cair o ministério, por falta de gente”, uma vez que se tornaria impossível a permanência, “pavoneando-se nas poltronas do Estado”, daqueles “autômatos, ou manivelas, desprezando a grita que se levantava em seu país, contra os opressores do povo”, os quais conculcavam “os seus mais sagrados direitos”³ (*Bisturi*, 17 fev. e 12 maio 1889).

³ Também sobre a iminência da queda conservadora, o periódico publicou uma série de versos intitulados “O mal do ministério”, nos quais comparava o gabinete a um doente prestes a morrer: “Está o pobre ministério/ Numa dor que o amofina/ Toda a sábia medicina/ Consultou sem intervalo/ O doutor que procurava/ Respondia em tom suave/ ‘Meu amigo o mal é grave/ E o remédio é só cortá-lo’./ E o triste, já sem esperança/ Em dura mágoa se fina/ Dando ao demo a medicina/ Que tanto o punge e o atordoa/ Fez as malas novamente/ Triste, sombrio e caturra/ Dinheiro tirou da

A partir da instauração do último gabinete imperial, o hebdomadário passou a dar amplo apoio ao governo liberal. Antes mesmo que tivesse a oportunidade de noticiar a inversão partidária, o jornal já manifestava seu desejo por este cometimento, afirmando que seria inevitável que o Imperador chamasse “ao poder o Partido Liberal”, pois neste estariam os “únicos” indivíduos que poderiam “salvar o país e com quem estava a opinião pública”. Para a folha, a Coroa iria reconhecer mais “uma vez que, entre os mais proeminentes membros do grande Partido Liberal” encontraria os mais “dignos de bem governar o país”, tais como “Gaspar Martins, Afonso Celso, Dantas, Leão Velloso, Saraiva, A. Penna, Soares Brandão e tantos outros” que bem mereciam “a gratidão da Pátria” (*Bisturi*, 9 jun. 1889).

Com o retorno dos liberais ao poder, o líder da agremiação no Rio Grande do Sul, Gaspar da Silveira Martins, ganhava ainda mais destaque do que normalmente já recebia nas páginas do periódico. De acordo com a folha caricata, a escolha do “benemérito

burra/ E por aí andou à toa./ Por fim um raio de esperança/
Tornou-lhe o rosto sereno/ Achara enfim um *Galeno*/ Que lhe
causou fundo abalo/ Vendo o mal detidamente/ ‘Disse o
doutor sossegado/ Pois pode estar sossegado/ Não é preciso
cortá-lo’./ Que me diz?! grita o doente/ O mesmo de que eu
falo/ ‘Não é preciso cortá-lo?’/ Ouvi bem, doutor, ouvi?’./
‘OuvIU, sim’ - diz o *Galeno*/ Todo amável e prazenteiro/ ‘Não
derreta mais dinheiro/ Porque o mal cai por si’/ Estamos
todos tranquilos/ Com o mal terrível e sério/ Do funesto
ministério/ Que nos governa por aí/ Não é preciso cortá-lo/
Digo eu também agora/ Com mais ou menos demora/ Deve
cair por si” (*Bisturi*, 19 maio 1889).

Conselheiro Silveira Martins” para a Presidência do Rio Grande do Sul fora um “ato de alta justiça” praticado pelo Governo Central, confiando, a quem seria de direito, “os destinos desta Província”. Sob a perspectiva do jornal, aquele “prestante cidadão” era admirado e respeitado “pelas qualidades morais e pelo grande talento que possuía”, consistindo-se, “incontestavelmente, numa das mais legítimas glórias da nação brasileira”. Ao “grande patriota” Silveira Martins, o periódico desejava prestar a “devida homenagem”, tendo em vista o “alto merecimento do eminente cidadão que tão relevantes serviços tinha prestado ao país”. Manifestando sua esperança na manutenção dos liberais no poder, o semanário declarava que, “dotado das mais eminentes qualidades, que constituíam os grandes caracteres, cheio de vida, de inteligência e de amor pelo país, o ilustre Conselheiro muito tinha ainda a fazer em sua carreira pública” (*Bisturi*, 7 jul. 1889). Mesmo depois de dois dias após a Proclamação da República, ainda sem condições de noticiar este evento, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos semanários na publicação das novidades, as quais, seguidamente, eram divulgadas com certa defasagem de tempo, a folha continuaria na defesa das atitudes liberais.

A reação conservadora

Várias foram as publicações que defenderam os ideais conservadores na cidade do Rio Grande, porém, ao final dos anos oitenta, o único representante da

imprensa diária que exprimia este pensamento era o *Eco do Sul*. Uma das mais importantes e longevas folhas a circular no Rio Grande do Sul, pois foi editado na cidade portuária entre 1858 e 1934, o *Eco* teve um forte vínculo ao Partido Conservador desde a sua origem. Esta filiação aos conservadores tornou-se gradualmente ainda mais intensa com o passar do tempo, chegando a folha a tornar-se doutrinária na pregação das premissas conservadoras e ostentando em seu frontispício o dístico “órgão do Partido Conservador”. Nesse sentido, o *Eco do Sul*, ao mesmo tempo que defendia as ideias e as formas de agir dos conservadores, representava um adversário figadal dos liberais, dos quais foi ferrenho crítico, de modo que, em 1889, a inversão partidária encontraria forte censura nas páginas da folha rio-grandina.

Ainda no primeiro semestre de 1889, no intento da manutenção dos conservadores no poder, o *Eco do Sul* insistia na glorificação dos feitos dos partidários da ordem que teriam “operado metamorfoses importantes e verdadeiramente admiráveis em todas as peças que compunham a grande máquina política do Império”, enquanto que o Partido Liberal só estaria tratando de “duas coisas - prodigalizar o que não podia e tirar vinditas dos adversários”. Segundo a folha, “*poder é poder*, frase absoluta e czarista”, seria a “legenda de um partido cujos princípios pareciam haver sido moldados na política dos *Neros*”, constituindo-se na “expressão mais requintada da anarquia” e na “síntese de governo dos caciques liberais”. O periódico criticava a forma pela qual os liberais comportavam-se na oposição, acusando-os de querer o poder a qualquer preço, pois, “o que pretendiam justificar como oposição era a exploração da inveja, era o ódio partidário que manifestavam os *régulos*

ambiciosos, pela impossibilidade de galgar o poder para satisfazerem interesses inconfessáveis” (*Eco do Sul*, 31mar., 2 abr. e 26 maio 1889).

Nesse quadro foi com decepção que o jornal noticiou a nova ascensão do Partido Liberal ao governo, em junho de 1889, destacando que a partir desse ato seriam “fatalmente comprometidas as instituições, prejudicado o progresso da Pátria e depauperado o Tesouro Nacional, pelos esbanjamentos que caracterizavam os governos liberais”. Afirmava também que seria mantida a característica dos “períodos preenchidos por situações liberais”, os quais tinham “sido invariavelmente retrógrados para a prosperidade e engrandecimento da Pátria”. O *Eco* comentava ainda que, “para não ser lançado ao abismo”, somente restaria ao país, “a eficaz oposição dos conservadores aos atos escandalosos praticados pelos liberais”; e que aquele gabinete seria “imensamente fraco, em virtude do grave desacordo que reinava entre os membros mais proeminentes do Partido Liberal”. Argumentando que o novo ministério nem ao menos havia conseguido reunir “os homens de prestígio nem os homens de talento” da agremiação liberal, a folha previa que o gabinete haveria “de gastar toda a sua atividade e toda a sua habilidade para manter-se”, de modo que seria um ministério “violento ou nulo” (*Eco do Sul*, 8 e 18 jun. 1889).

Nos últimos meses do Período Imperial, a folha rio-grandina direcionou seus pronunciamentos político-partidários à crítica ao governo liberal, afirmando que o mesmo era um “desastre completo”, pois, “mais uma vez, depois das mais solenes promessas, ele iria passar pelo poder, torturado em luta estéril, sem se ocupar senão de cabala eleitoral e de política de campanário,

deixando na página por ele destinada às reformas, a sua história representada por um grande zero". Destacava ainda que o Liberal seria "um partido em franca dissolução e em véspera de abrir falência com um passivo enorme de consciências" e que estaria encaminhando "um país próspero e rico para a miséria, para a corrupção e para o dismantelo geral". Para o jornal, o ministério liberal era "o resultado de fatos acidentais, de sucessos puramente intercorrentes", estando a governar "contra a vontade nacional", o que, por conseguinte, deixava o país entregue às ambições "de homens que ligavam à prosperidade e engrandecimento da Pátria, à mais glacial indiferença", levando-a a "caminhar para o abismo", ou ainda, colocando-a "sobre um vulcão que a todos momentos ameaçava explodir". Afirmava também que a administração liberal, através da "falta de moralidade e amor pátrio" estaria promovendo "verdadeiro caos", ao destruir tudo que "os conservadores, com honra, labor e patriotismo, conseguiram de proveitoso para a Pátria" (*Eco do Sul*, 6 ago. 1889).

Apesar de manter-se fiel ao Partido Conservador, buscando contornar a fragmentação interna que se tornava cada vez mais grave, o periódico não chegou a censurar os sectários de tal agremiação que se filiaram ao ideal republicano – justificando que a atitude dos mesmos fora tomada como uma reação à desorganização política promovida a partir da decisão imperial de chamar os liberais de volta ao poder –, mas negou-se a seguir o mesmo caminho. Argumentava que sentia "a falta dos valentes companheiros de outrora, mas, pesando a consciência, não encontrava meios de profligar semelhantes resoluções, justificáveis na

desorientação política que lavrava no país”. Reforçando seu argumento, afirmava que mesmo “lamentando a conversão política dos seus valentes companheiros do passado, não os recriminava pelo recurso de que lançaram mão para saírem do *caos* e da anarquia a que o aulicismo teria levado as instituições” nacionais. A folha declarava, entretanto, que não poderia “seguir a onda”, pois, “talvez mais animosa” julgava-se com “o dever de continuar nos mesmos arraiais em que militara” nos últimos anos; e que, “por coerência com as ideias do passado e pelos princípios políticos que professava”, continuaria acompanhando “a tradicional bandeira do Partido Conservador” (*Eco do Sul*, 14 jul. 1889).

Já na edição referente ao dia da Proclamação da República, o jornal, ainda sem condições de noticiar este evento, prosseguia na sua profissão de fé conservadora e reagia aos ataques da imprensa republicana que se manifestara sobre o fim da agremiação conservadora. O *Eco* discordava dessa asseveração, argumentando que “o partido da ordem, desde os tempos remotos cheio de vida e pujança, não deixaria jamais de representar o seu brilhante papel e de cooperar ativa e tenazmente na grandiosa obra de engrandecimento nacional”. Explicava também que “o elemento conservador, trabalhando com perseverança e dedicação pela prosperidade do país, dando provas eloquentes de patriotismo e abnegação, em vez de tornar-se fraco” – como afirmavam “os inimigos da tranquilidade da Pátria, os que guerreavam as instituições juradas” –, permaneceria sempre a “lutar pelo bem, como um verdadeiro atleta”. De acordo com o periódico, “o partido da ordem tinha força e energia”, possuindo “os indispensáveis elementos para a luta”, de modo que

dava “sinais evidentes de vida e fazia crer mais pujança e mais inabalável reputação” (*Eco do Sul*, 15 jul. 1889).

Assim, a situação política dos últimos meses da Monarquia, marcada pela ascensão do último gabinete imperial, traria fortes repercussões junto à imprensa rio-grandina, de modo que a elevação dos liberais ao poder provocaria diferentes tipos de reações, norteadas fundamentalmente pela orientação partidária seguida pelos periódicos. Para as folhas liberais, o derradeiro ministério significava a entrega da coisa pública a homens de reputação e com um nome a zelar, constituindo-se estes nos únicos que tinham condições de salvar a pátria e com os quais estava a opinião pública, ficando, portanto, inaugurada uma nova fase de patriotismo, moralidade, justiça e progresso com liberdade. Já para a imprensa conservadora a inversão partidária de 1889 trazia consigo o comprometimento das instituições e das verbas públicas, diante dos interesses dos novos detentores do poder, uma vez que o gabinete liberal não teria reunido nem ao menos os elementos prestigiados de seu partido, ficando por isso condenado a apelar para a violência ou caracterizar sua administração pela nulidade de ações. Além disso, tanto os jornais de tendência liberal quanto conservadora apontavam para a situação crítica pela qual o país passava politicamente, mas, ainda assim, não avaliavam que as circunstâncias fossem tão sérias a ponto da mudança na forma de governo dar-se ainda naquele mesmo ano.

O último gabinete imperial significaria, desse modo, a derradeira chance dos jornais rio-grandinos manterem as suas já tradicionais construções discursivas, voltadas à legitimação dos aliados e à

deslegitimação dos adversários, no que tange a ideias e atitudes. Com a República, as regras do jogo político-partidário mudariam drasticamente e não restava mais espaço para as já clássicas disputas entre liberais e conservadores, de modo que os jornais da cidade do Rio Grande tiveram de criar uma série de novas estratégias discursivas no intento de adaptar-se às transformações na situação vigente. Os históricos confrontos entre os partidários da ordem e os defensores das reformas (na visão do aliado), ou ainda entre os retrógrados e os revolucionários (segundo os adversários), ou seja, respectivamente, os sectários dos Partidos Conservador e Liberal encontraram de junho a novembro de 1889 sua oportunidade final de manterem acesa a chama do conflito discursivo entre os seguidores das duas agremiações. A mudança na forma de governo traria novos atores ao cenário partidário nacional e regional e, nesse contexto, mudanças menos ou mais radicais também viriam a acontecer com os vários representantes da imprensa brasileira e gaúcha, num processo que também se verificaria junto ao jornalismo rio-grandino, por razões intra e extra discursivas. Mudava-se o horizonte e a imprensa tipográfica também iria buscar transformar-se, para tentar sobreviver aos novos tempos⁴.

⁴ Texto publicado originalmente em: *Imprensa & história no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 49-64.

A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário

Marcelo França de Oliveira*

A história política, durante muito tempo, foi confundida com história factual, sendo relegada a segundo plano pelos trabalhos de cunho histórico, especificamente aqueles empreendidos nos meios acadêmicos. Nas últimas décadas, porém, a Academia passou a produzir um novo tipo de história política, a qual não se limita a simples narração dos eventos oficiais dos Estados, nem na idealização de grandes personagens, mas sim busca a construção de um conhecimento histórico a partir de questões relacionadas

* Doutor em História (UFPel) e Doutor em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Foi professor substituto no Instituto de Ciências Humanas e da Informação na FURG e professor na Universidade Aberta do Brasil. Atualmente é editor na Editora Casalettras, de Porto Alegre, tendo editado mais de 200 obras. Possui 29 livros publicados entre autoria, coautoria e organização, além de assinar o posfácio da edição eletrônica brasileira de “As Cidades e as Serras”, de Eça de Queiroz.

ao enfoque no poder, inter-relacionando eventos, discutindo características, apresentando reflexões que o historiador faz a partir da leitura – e, logicamente, sua interpretação – dos documentos pesquisados.⁵ Neste contexto, as ações, interações e influências das lideranças políticas em seu universo de atuação são o nosso ponto de partida para a análise histórica que nos propomos, tomando o cuidado de deslocá-los da descrição puramente episódica.

Em nosso recorte, para esta ensaio, valemo-nos da história política para analisar o grupo opositor à República positivista instalada no Rio Grande do Sul, sob a liderança e inspiração castilhistas-borgistas: os federalistas. Deste modo, apresentaremos as ideias manifestas deste grupo acerca de si e do mundo, daquilo que consideram a melhor forma de governo, do modelo ideal de República a ser adotado pelo Brasil, as visões dos seus adversários políticos e das questões que julgavam importantes no debate político, tomando por base os registros efetuados por um ferrenho militante federalista que lutou no campo de batalha e também na chamada “guerra de palavras” estabelecida através da imprensa, quando o conflito armado chegou ao fim. Referimo-nos a Angelo Dourado, coronel-médico na Coluna de Gumerindo Saraiva e figura estelar do Partido Federalista⁶ que, além de médico, fora também

⁵ Sobre a nova história política ver: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁶ Assim classificou-o FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In *República Velha (1889-1930)* / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza

político e escritor. Estabelecido no Rio Grande do Sul, atingiu considerável projeção política especialmente no município sul-rio-grandense de Bagé, fronteira com o Uruguai, mas não somente, pois viveu em várias outras cidades gaúchas como Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande. Durante a Revolução Federalista, tomou parte deste conflito armado desde seu princípio até a deposição de armas, em 1895, participando, durante este tempo, de seus deslocamentos e embates pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nesta ocasião, efetuou o registro de suas observações e ideais, em plena vivência no campo de batalha. Tais registros, produzidos primeiramente sob a forma de cartas dirigidas à esposa, logo em seguida converteram-se em um relato-testemunho escrito,⁷ o qual foi organizado, reunido e publicado sob a forma de livro pelo autor, tão logo ocorreu a pacificação. O livro, intitulado *Voluntários do Martírio – fatos e episódios da guerra civil*, publicado em Pelotas pela Livraria Americana no ano de 1896, tornou-se uma das mais dramáticas e ricas descrições da revolução, sendo qualificado por Moacyr Flores como “o mais notável livro sobre a revolução de 1893”.⁸ Tal obra foi largamente utilizada por pesquisadores e

Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v. 3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul, p. 135.

⁷ Sobre a proposição de se considerar o registro de Dourado como “relato-testemunho” ao invés de “diário”, ver OLIVEIRA, M. F. *Quando a memória vira História* – Angelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense. Rio Grande: Pluscom Editora, 2009 p. 51 e 91-92.

⁸ FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In _____ (org). 1893-95 *A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 126-127.

historiadores que buscavam, cada qual com suas especificidades, estudar a guerra que opôs federalistas e legalistas.⁹

Se *Voluntários do Martírio* foi um dos testemunhos mais conhecidos e utilizados pela historiografia da Revolução Federalista, não foi o único registro escrito do médico revolucionário. Segundo Francisco das Neves Alves, Dourado elaborou também o drama *O médico dos pobres* (1876), a tese na Faculdade de Medicina *Operação cesariana* (1880), o drama *As minas de ouro* (1897), o livreto *Oftalmia virulenta* (1899), o estudo *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900), a coletânea de artigos *A situação política do Brasil* (1905) e o discurso *Reforma constitucional* (1912) publicado postumamente.¹⁰ Além disto, em nossas pesquisas junto à Bibliotheca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, localizamos duas obras ainda não referenciadas pela historiografia: o livreto *Silveira Martins: discurso e referências depois de sua morte* (1901) e o estudo, em francês, intitulado *Memoire sur un cas de echinoque retro-bulbaire* (1892); além do breve artigo denominado *Dom Pedro, o bom*, em homenagem a memória de Dom Pedro II, publicado na edição especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no ano de 1894.

⁹ Um estudo mais aprofundado sobre o uso da historiografia nacional e internacional com relação a *Voluntários do Martírio* foi realizado por OLIVEIRA, 2009, p. 72-89.

¹⁰ ALVES, Francisco das Neves. Sociedade e doença no Rio Grande do Sul da virada do século XIX: o estudo de um médico revolucionário. In *Sociedade e saúde pública no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2005, p. 51.

Neste trabalho, procederemos a análise de seus escritos de natureza eminentemente política, mormente as obras *Voluntários do Martírio* e *A situação política do Brasil*. O estudo ora proposto será a continuação e complemento de um trabalho iniciado ainda na graduação junto à Universidade Federal do Rio Grande, quando das pesquisas sobre *Voluntários do Martírio* e seus usos pela historiografia nacional e internacional. A presente pesquisa utiliza-se dos resultados adquiridos naquela empreitada e avança o espectro do trabalho, englobando agora os diferentes textos produzidos por Dourado durante sua vida e atividade política e intelectual, estabelecendo a divisão de seu pensamento e ação em dois distintos momentos: o primeiro, relativo ao período de implantação republicana no Rio Grande do Sul e contemplado, principalmente, seus escritos de antes e durante a Revolução Federalista, registrados em *Voluntários do Martírio*; e um segundo momento, já no período pós-revolucionário e em fase de consolidação das instituições republicanas no território sul-rio-grandense, em que externa suas posições em *A situação política do Brasil*, a partir de 1895 até a morte do médico baiano, em 1905.¹¹ Não há, até o presente momento, um estudo que englobe, de forma articulada,

¹¹ Ainda que não haja consenso entre a historiografia quanto a datas e momentos de implantação/consolidação republicana no Brasil, optamos pela distinção que nos parece mais pertinente, tratando da Revolução Federalista como divisor de águas destes dois momentos. Tanto o é que, em nossas pesquisas, há um claro reposicionamento discursivo de Dourado em questões basilares antes e depois do conflito, como veremos a seguir.

a produção de natureza eminentemente política conhecida de Dourado. A grande maioria da produção de cunho historiográfico que utilizou Dourado como fonte documental, utilizou-o como relato-testemunho da Revolução Federalista, enquanto alguns o aproveitaram para obter ou evidenciar dados factuais, e ainda outros, que mesmo não considerando Dourado como fonte de dados plenamente utilizável, fez uso do relato-testemunho para apresentar aspectos correlatos à realidade do conflito, como a sociedade da época, por exemplo.¹² É de se destacar, também, que a quase totalidade da produção partiu da análise e interpretação de uma só obra: *Voluntários do Martírio*, em um universo de, no mínimo, nove fontes documentais, entre ensaios, artigos, livros e discursos existentes.¹³

¹² OLIVEIRA, 2009, p. 92-93.

¹³ Há que se registrar dois artigos que se constituem em exceção ao afirmado, pois abordam, cada um, outras fontes produzidas por Dourado que não *Voluntários...*: o primeiro, de Francisco das Neves Alves, que tomou por base o livreto *Ophthalmia virulenta* (ALVES, 2005, p. 49 a 61), e o segundo, de Nalde Pereira, que utilizou da coletânea *A situação política do Brasil* (PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. As críticas de um federalista à conjuntura político-militar brasileira na virada do século. In ALVES, F.N & TORRES, L.H. [orgs] *Ensaios de História do Rio Grande do Sul*. FURG, 1996, p. 76-84). Ainda assim, cada um investiga isoladamente uma obra específica de Dourado, não havendo entrecruzamento com outras obras do autor.

Angelo Dourado

Angelo Cardoso Dourado Pereira, baiano de nascimento¹⁴, formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1880¹⁵. Casou-se naquela então província com Francisca Autran¹⁶, de família aristocrática soteropolitana e, segundo o próprio, nascida e educada em Salvador, descendente “dos ricos armadores Amorim Filgueiras e dos fidalgos Albuquerque, e dos Autrans cujo nome ilustre [...] perpetuou no Brasil pela distinção intelectual como mestre em medicina e jurisprudência”.¹⁷

¹⁴ Quanto à data de nascimento de Dourado, os autores apresentam divergências: segundo Sérgio da Costa Franco, na apresentação do livro *Voluntários do Martírio*, ele teria nascido em 6 de outubro de 1856; informação compartilhada por Boucinha (BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Angelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989, p. 11). Já para Mario de Lima Beck, Dourado nasceu em 6 de novembro de 1856 (CORREIO DO POVO, ano 63, n. 63, ed. 14/12/1957,

p. 9); enquanto para Walter Spalding, o médico baiano nasceu em 6 de novembro de 1857 (SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969, p. 49).

¹⁵ Recebeu a titulação de doutor neste ano ao defender a tese “sobre a operação cesariana”, conforme CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949, p. 149.

¹⁶ CRUZ, Nilda Autran Bastos. *Árvore de muitos frutos* (memórias). São Paulo: Edições Alarico, 1958, p. 41.

¹⁷ DOURADO, Angelo. *A situação política do Brasil*. Jaguarão: Typ. do Commercio, 1905, p. 58.

Exerceu a profissão por um tempo na capital baiana, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto.¹⁸ De lá, foi nomeado médico das colônias pelo Barão de Cotegipe e emigrou para o Rio Grande do Sul, vindo a desempenhar seu ofício médico na zona colonial gaúcha, especificamente na localidade denominada Conde D'Eu, atualmente município de Garibaldi. Dourado foi relacionado por Elvo Clemente como um dos primeiros médicos do local, a partir de seu levantamento efetuado entre os registros de correspondências, e atendia não só a colônia Conde D'Eu como também Dona Isabel e Caxias.¹⁹

Apesar de seu idealismo manifesto, o que muito provavelmente motivou a transferência do médico baiano e sua família para tão longínquos destinos foi a busca de terrenos mais promissores para sua atividade profissional. Indícios para tal afirmação encontram-se nos próprios registros de Dourado, em que reclamava do excessivo “número de doutores” formados pelas escolas de medicina, que nas povoações disseminadas não teriam ganho suficiente, ao menos, para a existência, e aglomerados nas cidades seriam indigentes.²⁰

Em virtude de a Faculdade de Medicina localizar-se na Bahia, e ainda que para lá fossem estudantes de todo o Império e não apenas os locais, é natural pensar que houvesse já razoável número de médicos formados atuando em Salvador, o que diminuía as chances de desempenhar a contento as atividades profissionais

¹⁸ ECHO DO SUL, ed. 1º de novembro de 1905, p. 1.

¹⁹ CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993, p. 45.

²⁰ DOURADO, 1905, p. 55.

daqueles recém-formados. Os jovens médicos, então, buscariam a sorte em outros lugares, como fez o próprio Dourado ao clinicar na localidade de Alto S. Francisco, conforme atesta artigo publicado no jornal *Gazeta Médica da Bahia*, datado de 2 de agosto de 1885.²¹

É certo que gozava de boa situação financeira, uma vez que possuía, no mínimo, cinco escravos em seu poder, que acompanharam sua família pelo menos até o exílio no Uruguai,²² por ocasião da Revolução Federalista. No Rio Grande do Sul, atingiu destacada posição na sociedade da época: participou da administração municipal em Bagé, foi um dos fundadores do Partido Federalista,²³ escreveu para jornais, publicou livros, frequentava banquetes e recepções²⁴ da elite gaúcha de seu tempo,²⁵ tendo sido, inclusive, dirigente da Loja Maçônica Acácia Rio Grandense nos anos de 1898 e 1900.²⁶

²¹ O artigo intitulava-se *A pilocarpina no tratamento das adenites*, publicado na *GAZETA MEDICA DA BAHIA*. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885 p. 105-107.

²² DOURADO, 1905, p. 42.

²³ FRANCO, 2007, p. 135.

²⁴ DOURADO, 1905, p. 20.

²⁵ Conforme o legalista Jorge Reis, durante o banquete de inauguração da charqueada de Santa Thereza, de propriedade do então Visconde Ribeiro Magalhães, “fez uso da palavra o inteligente médico e eloquente orador dr. Angelo Dourado.” (REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ do Jornal do Povo, 1911, p. 136.

²⁶ COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramas de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 1998 (tese de doutorado), p. 467.

Idealista, Dourado era o que se pode considerar de um típico intelectual²⁷ de fins do século XIX: erudito, costumava citar em seus escritos passagens célebres de autores clássicos da literatura universal como Dante Alighieri, Camões, Miguel de Cervantes, Shakespeare, Lord Byron, Milton, Rousseau, além dos brasileiros José de Alencar e Visconde de Taunay²⁸. Ao que tudo indica, comunicava-se também em língua francesa, tendo publicado em Bagé, no ano de 1892, um estudo intitulado *Memoire sur um cas de echinoque retro-bulbaire*. Possuía um gosto externado por óperas e concertos musicais, o que não se furtava de apreciar mesmo em pleno período revolucionário.²⁹ Ao lado disso, manteve sua grande inclinação à atividade da escrita, campo em que atuava nos mais variados segmentos, desde os trabalhos específicos concernentes à sua atividade profissional, os diversos artigos publicados na imprensa, e até mesmo obras literárias, passando por aquela que é a sua mais famosa e citada obra, o livro *Voluntários do*

²⁷ Para este ensaio, adotamos a definição de intelectual conforme a descrita por Bobbio, como sendo aquele “sujeito específico, ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores (transmissores de ideias) que desde há um século são chamados de ‘intelectuais’.” (BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 109).

²⁸ BOUCINHA, 1989, p. 29-31.

²⁹ DOURADO, Angelo. *Voluntários do Martírio*: narrativa da revolução de 1893. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1977, p. 336.

Martírio, um relato-testemunho sobre sua participação na Revolução Federalista.

Meio de formação de Dourado, as faculdades de Medicina, assim como as de Engenharia do período, baseavam seu ensino quase que exclusivamente nos livros, inexistindo, em quase todas, a prática de laboratório e investigação³⁰. Na inexistência da prática, sobravam elucidações teóricas. O médico formado nestes moldes privilegiava a busca pelo conhecimento através do estudo de outros autores, notadamente do centro irradiador de cultura e ciência – a Europa – em detrimento da experimentação. Isto explica, em parte, a inclinação dos médicos deste período à erudição, à valorização do saber através do livro, caracterizando aquilo que Certeau define como “progresso do tipo escriturístico”,³¹ enquanto prática “legítima” (científica, política, escolar, etc) das sociedades ocidentais do período. Em Dourado, encontramos um dos exemplos característicos, cuja prática escrita foi uma constante ao longo de sua vida, pois desde muito cedo demonstrou inclinação às letras: em 1876, então com vinte anos, publicou o livro *O Médico dos Pobres*.³² Antes disso, aos

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 145.

³¹ Para saber mais sobre a “prática de escrever” nas sociedades modernas e o papel da escrita no cotidiano, ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 224-230.

³² OLIVEIRA, 2009, p. 39.

14 anos e enquanto se convalescia do tifo, teria escrito seu primeiro drama.³³

Em decorrência do modelo estabelecido, a figura do médico e do cientista social, nas faculdades de Medicina do século XIX, se confundem, dando origem a um tipo de intelectual com intervenção política e social. Surge então o que Schwarcz chama de “médico político”,³⁴ o sujeito que buscava afirmar-se em campos maiores de atuação.

O advento da Revolução Federalista

O regresso de Silveira Martins, exilado desde a Proclamação da República, impôs nova disciplina às forças anticastilhistas, tanto em termos de ideologia como de liderança, ganhando mais coesão e unidade de propósito. Os aliados do poder político, ao lado dos dissidentes castilhistas, agora aglutinados sob a égide de federalistas,³⁵ deram início à reação armada. A guerra eclodiu em 5 de fevereiro de 1893, quando o general-em-chefe dos federalistas, João Nunes da Silva Tavares, fez divulgar um manifesto que conclamava os cidadãos às

³³ DOURADO, 1977, p. 99.

³⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994 p. 144.

³⁵ A relação direta entre os fundadores do Partido Federalista e os signatários do manifesto que os comandantes da rebelião assinaram em Santa do Livramento em 15 de março de 1893, é estabelecida por Sérgio Franco, que identificou nada menos que 17 fundadores do partido, em comum nas duas atas. Conforme FRANCO, 2007, p. 136.

armas³⁶. No mesmo dia desta proclamação, a primeira partida de rebeldes, a mando de Gumerindo Saraiva, ultrapassava a fronteira do município de Bagé, oriunda da república vizinha do Uruguai, onde as forças insurretas estavam sendo organizadas. Em 11 de fevereiro, já no Brasil, acontecia o primeiro embate entre os federalistas e as forças legais³⁷.

A Revolução Federalista foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados ocorridos na história do Brasil, contabilizando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895. A Revolução não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades arrefecidas a partir da instauração da República no Brasil (e o seguinte apeamento dos antigos mandatários Liberais do poder local), bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895. Ainda que o conflito armado seja normalmente estudado sob os enfoques econômico e social, sobretudo o fator *violência*, que majoritariamente é destacado quando se trata de Revolução Federalista, é o aspecto político que merece nosso olhar mais atento. A revolução representou o ápice da bipolarização político-partidária que dominara o Rio Grande do Sul desde o 15 de Novembro. A visão e os projetos políticos de cada um dos grupos em conflito

³⁶ ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 95.

³⁷ FRANCO, 1996, p. 133.

eram incompatíveis entre si.³⁸ A luta estabelecia objetivos políticos bem delineados. Para Joseph Love, o que os federalistas revoltosos desejavam, primeiramente, era a extinção da Constituição castilhistas de 14 de julho, o que, atingida a meta, consequentemente provocaria a queda de Floriano Peixoto, então protetor de Castilhos. Uma aspiração mais ampla dos revoltosos era a substituição do sistema presidencial, estabelecido na Constituição Federal, por um regime parlamentar, enquanto alguns mais exaltados, “ousadamente”, segundo Love, professavam a volta à monarquia³⁹

Nesta guerra preponderava o elemento civil, sobretudo no lado federalista. Eram, basicamente, “estancieiros à frente de peões armados”,⁴⁰ em uma força que alcançava a marca de 80% do total de combatentes revolucionários.⁴¹ Dentre estes civis, na coluna liderada por Gumerindo Saraiva, estava Angelo Dourado, que acompanhou as tropas federalistas desde os momentos iniciais da guerra, até o final desta, em 1895. Durante o período em que esteve ao lado dos federalistas, Dourado efetuou registros do que via e vivia nos campos de batalha. E assim, em carta dirigida à sua esposa e datada de 23 de julho de 1893, começava o primeiro de um longo conjunto de relatos de suas experiências na

³⁸ ALVES, 2002, p. 35-36.

³⁹ LOVE, 1975, p. 65.

⁴⁰ FRANCO, 1993, p. 47.

⁴¹ MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução.

In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*, Rio Grande: Editora da Furg, 1993, p. 21.

Revolução Federalista. Tais relatos, escritos primeiramente como cartas e logo após como uma espécie de diário, foram organizados pelo próprio Dourado sob a forma de livro, o já conhecido *Voluntários do Martírio*. Outro documento de caráter político que faz parte deste período é o artigo, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no ano de 1894, intitulado *Dom Pedro, o bom*.⁴²

O período da implantação da República na visão de Angelo Dourado

Apesar de *Voluntários do Martírio* ser um livro eminentemente memorialístico, a partir dele é possível identificar vários aspectos de crenças e ideias do médico baiano, no aspecto político. O registro que se deu no livro era o relato daquilo que o federalista intencionava registrar, e, sobretudo, propagar.

Médico por profissão, Dourado nutria igualmente duas outras atividades que lhe garantiram projeção e notoriedade em terras sul-rio-grandenses: a escrita e a política. Uma servia de combustível e instrumento à outra, ambas andavam interligadas. Angelo Dourado era republicano manifesto, participou da primeira junta administrativa, encarregada de governar o município de Bagé, por ocasião da

⁴² DOURADO, Angelo. Dom Pedro, o bom. In *Homenagem do Instituto Historico e Geographico Brasileiro a memoria de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1894, p. 775-776.

Proclamação da República,⁴³ cargo que ocupou de forma efêmera, sendo destituído deste em 28 de julho do mesmo ano⁴⁴. Fato posto, é inegável a simpatia externada pela monarquia, observada em diversos momentos do livro. Se tal simpatia se dava por força das circunstâncias, saudosismo pelo Imperador deposto, ou mesmo decepção com o regime instaurado, intimamente ligado aquilo que ora combatia, ainda é obscuro e carece de provas mais substanciais. É possível que não desejasse, efetivamente, a restauração⁴⁵, mas em diversos

⁴³ REIS, 1911, p. 97

⁴⁴ REIS, 1911, p. 101.

⁴⁵ Os federalistas eram frequentemente acusados pelos legalistas de lutarem pela restauração monárquica, como afirma, entre outros, Félix: “Mesmo diante dos manifestos federalistas, acentuando que a Revolução era contra a tirania de Castilhos e não para restaurar a monarquia, os editoriais [de A Federação] registram frequentemente, em determinados períodos, diretamente com a ideia da restauração” (FÉLIX, Loiva Otero. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. in ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993, p. 160). Acusador também foi o legalista Euclides B. de Moura, o qual afirmou que “em seus discursos e proclamações [os federalistas] baniam cuidadosamente os vivas à República, chegando em quase todas as municipalidades a tornarem a colocar em seus antigos lugares os retratos do ex-imperador, ostentando também a antiga bandeira” (MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul* – antecedentes da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000, p. 69), além do próprio Dourado, em que registrou a percepção de alguém que o havia interpelado: “um moço oficial de nome Americano, aparteou-me dizendo que a

momentos revela seu apreço à monarquia. Quando confrontado, apressava-se em se declarar republicano, ainda que com ressalvas quanto ao tipo de república existente no país.⁴⁶

Quanto à República, não poupou críticas que, segundo escreveu, o regime apresentava falhas e defeitos já na sua origem, uma vez que, Deodoro da Fonseca, seu proclamador, teria traído o juramento que prestara de defender com a vida e a honra o que ele acabou por destruir, ou seja, o Império.⁴⁷ Também dirige críticas à República como forma de governo, cuja efemeridade dos mandados contribuía para que os governantes da ocasião não fossem bem sucedidos.⁴⁸

Além disto, em determinado trecho de *Voluntários do Martírio* chega mesmo a dizer que, devido ao estado de coisas, preferiria que se levantasse a bandeira da restauração da monarquia,⁴⁹ mesmo que viesse um “belzebu” para assumir o trono, desde que unificasse o país sem sair da lei.⁵⁰ Estas declarações, ainda que escritas no calor dos acontecimentos, evidenciam o sentimento momentâneo de que o retorno à monarquia parecia ser a saída mais apropriada, para estabelecer a ordem que a república estaria destruindo.

revolução é restauradora da monarquia.” (DOURADO, 1977, p. 49) e “Disseram-me alguns que lutaram, porque se dizia que nós lutávamos pela restauração.” (DOURADO, 1977, p. 170)

⁴⁶ DOURADO, 1977, p. 50.

⁴⁷ DOURADO, 1977, p. 300.

⁴⁸ DOURADO, 1977, p. 104.

⁴⁹ DOURADO, 1977, p. 13.

⁵⁰ DOURADO, 1977, p. 13.

Tal percepção foi verificada também por Sérgio da Costa Franco, em afirmação de que, embora a restauração do trono não fosse um objetivo declarado dos federalistas, sobrevivia, irracional, entre eles, um certo saudosismo pelo passado monárquico.⁵¹

A questão da restauração entre os federalistas não está suficientemente definida. Entre os combatentes, há indícios de que, ao menos para alguns, a república não gozava de unanimidade. Escreveu Dourado que os soldados “não morrem de amores pela república”, e não se incomodavam em mostrar saudades pelos tempos monárquicos.⁵² O próprio Silveira Martins, durante seu exílio na Europa, encontrou-se várias vezes com o Imperador deposto, chegando mesmo a participar de reuniões de antigos fiéis ao trono que tratavam do início de um movimento restaurador⁵³, quando já retornado ao Brasil, aparentemente rejeitava tal ideia.⁵⁴ Dourado, ao contrário, de republicano declarado, derramava-se em elogios ao antigo regime, principalmente à figura do Imperador, tanto que, quando da morte do monarca, um artigo de sua autoria foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, em edição especial lançada em 1894, onde adjetivou-o de “novo Atlas”, suportando “durante meio século, todo o peso da política da América do Sul.”⁵⁵

⁵¹ FRANCO, 1993, p. 49.

⁵² DOURADO, 1977, p. 263.

⁵³ ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935, p. 325.

⁵⁴ LOVE, 1975, p. 66.

⁵⁵ DOURADO, 1894, p. 775.

Enquanto o Império e o Imperador recebiam elogios e homenagens, dirigia críticas não só à República, mas também ao Exército. Uma de suas críticas era o caráter permanente da corporação militar, que julgava inadequado.⁵⁶ Um exército permanente, sob as ordens do Presidente da República e aliado do governante do estado, certamente contrariava alguém que se encontrava, naquele momento, em oposição justamente a estes elementos.

Porém, seus alvos preferidos, e que recebiam as mais contundentes críticas, eram, no entanto, Julio de Castilhos e Floriano Peixoto. Castilhos era definido como um assassino, o chefe de quem vinham as ordens de matar os inimigos federalistas.⁵⁷ Igualmente pejorativo, o governante era tratado como aquele que “vendera” o Rio Grande do Sul para Floriano “Qual a ideia que obrigou o sr. Julio de Castilhos a vender o Rio Grande ao sr. Floriano?”⁵⁸ e, comparando-o à grande esfinge que devoraria quem se colocasse em seu caminho: “[...] como se arredaria o obstáculo do caminho dessa esfinge [Castilhos] que tem traçado seu plano de domínio sobre este povo ‘bestializado’?”⁵⁹, ou seja, Castilhos era o grande e terrível monstro que exterminava sem hesitação todos aqueles que se pusessem em seu caminho. Finalmente, distingue aqueles que estão ao mando da legalidade, mas que não compartilham dos supostos lucros. Estes, por situarem-se em hierarquia subalterna, mesmo executando ordens de Castilhos,

⁵⁶ DOURADO, 1977, p. 105.

⁵⁷ DOURADO, 1977, p. 248.

⁵⁸ DOURADO, 1977, p. 23.

⁵⁹ DOURADO, 1977, p. 6.

acabam não se beneficiando dos privilégios do poder, pois “[...] não tinham parte nos lucros do Sr. Castilhos e seus amigos, que lá estão em suas casas, no seio de suas famílias, ou nos *Clubs*...”⁶⁰ ou seja, enquanto os soldados lutavam e entregavam a própria vida em nome da legalidade, Castilhos e os seus tinham asseguradas suas integridades físicas, dada a distância da guerra propriamente dita.

Florianópolis, por sua vez, era definido como um ditador: “nosso objetivo era o Paraná, onde o ditador concentrava todos os recursos disponíveis”⁶¹. Ainda a respeito de Floriano, mas agora sobre os soldados que o governo central enviava para as batalhas contra os federalistas, assim afirma: “[...] e o sr. Floriano fez deles presente ao sr. Julio de Castilhos para mandá-los ao matadouro contra seus irmãos [...] Seu plano [de Floriano] está traçado: implantar o terror e se fazer o deus onipotente”⁶². Para enfatizar o sentimento de antagonismo a Floriano Peixoto, utilizava, além do registrado textualmente como opinião sua nos relatos, também a opinião de pessoas com as quais supostamente conversava, como, por exemplo, no trecho em que narra a conversa com um conhecido argentino, que teria criticado Peixoto por conseguir suas posições “por traição”, sendo um mau exemplo para seus subordinados.⁶³ Com isso, procurava demonstrar que a rejeição a Floriano existia por toda a parte, mesmo além-

⁶⁰ DOURADO, 1977, p. 5.

⁶¹ DOURADO, 1977, p. 147.

⁶² DOURADO, 1977, p. 5.

⁶³ DOURADO, 1977, p. 301.

fronteiras. Ao registrar a opinião de outrem, corroborava e abonava as suas próprias.

A consolidação republicana

Terminada a Revolução Federalista, não cessaram as disputas políticas no Rio Grande do Sul. Ao contrário, persistiu a bipolarização partidária e os confrontos discursivos eleitorais e até militares dela advindos, que continuariam a se fazer presentes. Desta maneira, ainda que firmada a paz e depostas as armas, as sequelas deste conflito se prolongariam até a década de 30 do século XX.⁶⁴

O conflito foi, de acordo com Loiva Félix, “o ponto culminante de um processo associado à crise de legitimidade republicana”.⁶⁵ No período de 1889 até 1895, existiu o esforço de construção, no Rio Grande do Sul, de um universo simbólico, de um imaginário republicano, nacional e gaúcho, permeados por uma vertente mítica universal.⁶⁶ Se este período foi de implantação das bases que serviriam de sustentáculo legal e simbólico da república, a partir da derrota das resistências, dava-se início o período de consolidação das estruturas. A pacificação significou a vitória do castilhismo, que valeu-se da guerra civil para criar e

⁶⁴ ALVES, 2002, p. 40.

⁶⁵ FÉLIX, Loiva Otero. Mito e alegoria: o universal e o nacional na luta Federalista. In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993, p. 155.

⁶⁶ FELIX, 1993, p. 155.

aprimorar um aparelho burocrático e militar que garantisse a continuidade do PRR no poder.⁶⁷ Para enfrentá-lo, a oposição reorganiza-se e, em 1896, um novo congresso federalista definiu as bases estruturais que norteariam o partido nos anos subsequentes. Entre os tópicos aprovados em 1896 figuravam:

- I - República parlamentar;
- II - Eleição do presidente pelo Congresso Nacional;
- III - Reforma da bandeira nacional com absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte;
- IV - Os militares em atividades não poderão votar; no caso de serem eleitos, só poderão exercer a função política mediante prévia reforma ou demissão do serviço do Exército.⁶⁸

O item IV, em especial, é defendido por Silveira Martins como influência do modelo francês, onde os militares não poderiam votar ou ser votados. Segundo o tribuno, ele próprio teria recebido muitas adesões dos próprios militares neste sentido.⁶⁹ Adiante veremos como o elemento militar tomou o centro do debate federalista, sobretudo explorado por Angelo Dourado através de seus artigos na imprensa.

A imprensa, aliás, tanto do lado dos federalistas, quanto do lado dos republicanos, atendia ao propósito de conquista das “cabeças” e “corações” do século XX,

⁶⁷ ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Revista Biblos*. V. 7. Rio Grande: Ed. Da FURG, 1995, p. 192.

⁶⁸ FRANCO, 2007, p. 143.

⁶⁹ FRANCO, 2007, p. 144.

nos debates e discursos que o castilhista *A Federação* travava com os opositoristas e dissidentes *Echo do Sul* (Rio Grande) *A Reforma* (Porto Alegre), *O Canabarro* (Rivera), entre outros.⁷⁰

Através dos jornais, Angelo Dourado divulgava suas ideias e expressava suas posições políticas. Daquilo que publicava na imprensa, ao menos em duas oportunidades organizou seus artigos e compilou-os na forma de livros. O primeiro deles abrigava o discurso e notas publicadas por ocasião da morte do tribuno Silveira Martins, líder dos federalistas, intitulado *Silveira Martins, discursos e referências depois de sua morte*.⁷¹ O segundo, e mais importante, chamava-se *A situação política do Brasil*, um conjunto de artigos selecionados que, além de propaganda panfletária e contumazes críticas ao sistema vigente, também propunha caminhos e soluções para o país. É através destes livros, essencialmente, que percebemos as aproximações e diferenças entre os dois momentos republicanos e as alterações de posturas político-ideológicas do médico baiano após os episódios da Revolução Federalista.

O Exército

Durante a Revolução Federalista, estabeleceu-se uma sólida ligação entre o PRR e o Exército nacional, ou, ao menos, um poderoso segmento deste, nas palavras de

⁷⁰ FÉLIX, 1993, p. 158.

⁷¹ DOURADO, Angelo. *Silveira Martins: discursos e referências depois de sua morte*. Rio Grande: Typographia e Lithografia de Strauch & Kunz, 1901.

Love.⁷² Esta união resultou num poderio expressivo durante a guerra civil e gerou um efeito político decisivo após o seu término. Tanto que, com o fim do conflito, Tavares queixou-se ao presidente Prudente de Moraes que os quadros militares localizados no Rio Grande do Sul estavam muito cerradamente relacionados a Castilhos para oferecer garantias aos exilados que retornavam.⁷³

Desta forma, qualquer possibilidade de resistência passava, necessariamente, pelo apoio do Exército. Uma das mais claras destas disposições de espírito é verificada em *A situação política...* Neste livro, na grande maioria dos artigos há referências elogiosas, em franca tentativa de conquistar as simpatias deste corpo, não hesitando em afagar os brios ou influenciar os militares contra o governo. Dourado inclina-se ora a responsabilizar o Exército pelo estado presente das coisas, ora ameniza esta responsabilidade, chegando mesmo a, em determinados pontos, isentar totalmente qualquer culpa militar sobre os eventos em que tomou parte, mesmo aqueles em que, no passado, o próprio Dourado incriminava os militares, como na Revolução Federalista. Já na primeira página da obra, o médico baiano reconhece a decisiva importância do Exército na implantação da República, mas considera que este tenha cometido um equívoco ao ter agido como agiu.⁷⁴ O médico baiano constata o desprestígio que se encontra a corporação, o que, para ele, seria de inteira responsabilidade da própria força armada, que rompeu

⁷² LOVE, 1975, p. 79.

⁷³ LOVE, 1975, p. 79.

⁷⁴ DOURADO, 1905, p. 1.

com seu destino manifesto ao afastar-se de seu desenvolvimento “lento e eficiente”, desde sua criação.⁷⁵

Na soldadesca estaria a verdadeira força da corporação. Esta massa que deveria conscientizar-se de seu poder, e para ela Dourado dirigia seu discurso, tratando-os como “as classes mais sofredoras” por serem terreno de exploração, instrumento de fortuna alheia, ou seja, dos poderosos que se valem deste corpo para conseguir seus intentos e subjugar inimigos.⁷⁶ Tal exploração ocasiona, de acordo com Dourado, o isolamento do Exército das massas populares (de onde saem) e o faz vítima dos exploradores, que seriam os primeiros a se revoltarem contra este mesmo Exército.⁷⁷

Mesmo durante o momento em que o elemento militar foi o braço do maior inimigo, durante a Revolução Federalista, Dourado absolve sua atuação, isentando-o de responsabilidades, pois agiam somente no sentido de obediência às ordens superiores que recebiam.⁷⁸

O Exército, manobrado e usado indiscriminadamente pelos governos, foi comparado por Dourado a um Hércules “transformado em escravo mártir e ridículo dessa Onfale prostituída - a *república*”.⁷⁹

⁷⁵ DOURADO, 1905, p. 17.

⁷⁶ DOURADO, 1905, p. 22.

⁷⁷ DOURADO, 1905, p. 22.

⁷⁸ DOURADO, 1905, p. 26.

⁷⁹ DOURADO, 1905, p. 2. **Nota:** O mito de Onfale e Hércules faz parte da mitologia greco-romana. Onfale, Rainha da Líbia, na Ásia Menor, era notável por sua deslumbrante beleza. Hércules, tendo cometido um crime, dirigiu-se a Delfos para se lavar desse crime, e ali foi condenado, por um oráculo de Apolo, a escravizar-se por três anos. Foi vendido, então, por

Duras palavras que externavam o sentimento do médico baiano com respeito à relação estabelecida entre ambos. Tal situação caminharia para tornar algo eminentemente figurativo, como a guarda Suíça do Vaticano.⁸⁰ Desta forma, suas funções seriam absorvidas por um poderoso elemento que despontava no período como seu grande rival, em forças: as Brigadas.

As Brigadas

A prerrogativa de os estados poderem criar e manter milícias, assegurada pela Constituição republicana de 1891, possibilitou aos governos locais fortalecerem suas posições tanto em nível interno (dentro de seus respectivos estados) quando externo (em relação ao país). Castilhos, no Rio Grande do Sul, formou e equipou sua brigada estadual, dotando-a de força suficiente a dominar seus adversários e assegurar sua supremacia. Deste modo, a Brigada Militar foi o grande alvo dos ataques de Dourado através de seus

Mercúrio a Onfale, que por ele se apaixonou e deu-lhe a liberdade. Mas Hércules, que também a amava, preferiu permanecer submisso ao seu lado e, cedendo aos caprichos, vestia-se de mulher, ornava-se de colares de ouro e pedras, e sentava-se humildemente aos seus pés, a fiar lã, enquanto ela, com porte altivo e guerreiro, vestia-se da pele do leão de Nemés, e empunhava a clave do herói. Tal analogia, aplicada à realidade brasileira, demonstrava a que nível chegava o Exército, poderoso como Hércules, subjugado e fazendo papel humilhante, perante a bela, sedutora e exploradora República.

⁸⁰ DOURADO, 1905, p. 16.

artigos em *A situação...* afinal, o governo estadual detinha nela a sua força bélica básica não só durante a Revolução Federalista,⁸¹ mas também após seu término, a qual continuaria como base de sustentação aos decretos de Castilhos e de seu sucessor, Borges de Medeiros. Contava, de acordo com Joseph Love, com 1.500 a 3.200 homens, em todo o decurso da República Velha.⁸² A Brigada, um verdadeiro exército estadual, rivalizava com seu correspondente federal e era comandada por um oficial de carreira, afastado do Exército por licença.⁸³ Deste modo, tal força funcionava como aparato repressivo do estado gaúcho.⁸⁴

Seu combate é empreendido pelas lideranças federalistas, como aparece no item 17 do documento tratado de “Testamento Político de Silveira Martins”:⁸⁵

Os estados não poderão organizar polícias com caráter militar, isto é, com armamento, tipo e mais condições peculiares ao Exército e à Guarda Nacional,

⁸¹ FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993, p. 39.

⁸² LOVE, 1975, p. 83.

⁸³ LOVE, 1975, p. 83.

⁸⁴ PESAVENTO, 1983, p. 97.

⁸⁵ O advogado Pedro Moacyr, do diretório central do Partido Federalista, estivera em Montevideu para tratar com o líder a definição e explicitação de um programa de reformas políticas para o país. Após a morte repentina do tribuno, e compilando as conversas que tiveram, nasceu o “testamento político”, apresentado em 03/09/1901 para ser um novo projeto do Partido Federalista, o qual, contudo, não recebeu imediata adesão de alguns setores do partido. (FRANCO, 2007, p. 145).

incumbindo o serviço de segurança a guardas civis, de exclusiva competência municipal.⁸⁶

Tal posição encontra veemente eco nos artigos de Dourado, que criticava não apenas a força estadual, mas também as milícias de outros estados, em especial a da capital da República, onde o aumento da força policial da capital federal que já era numerosa, segundo o autor, com mais mil e duzentos homens, não poderia ter outro fim senão a dissolução do Exército.⁸⁷

A crítica que se faz ao aumento do efetivo local sempre se dá como contraponto do enfraquecimento e desmoralização do Exército, com mais um indício de conquistar a simpatia deste e combater aquela. A ação de aumentar a brigada policial, para Dourado, daria ao governo uma outra força, “embora de ação incógnita; mas numerosa, como é, [colocando] em dúvida o triunfo do exército, se tentar, rebelar-se [...]”⁸⁸. Desta forma, os chefes republicanos locais não precisariam mais do Exército porque já teriam forças para se oporem a ele, “pois só contra ele, o exército, foram instituídas as brigadas militares [...]”⁸⁹.

A Brigada Militar, somente com o propósito de enfraquecer o Exército, conforme Dourado, é que justificaria a entrega de armamento e munições do tipo *Manulicher*, à Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Dourado acusa esta corporação de ter armamento e

⁸⁶ FRANCO, 2007, p. 146.

⁸⁷ DOURADO, 1905, p. 4.

⁸⁸ DOURADO, 1905, p. 13.

⁸⁹ DOURADO, 1905, p. 9.

munições de primeira ordem, e em grande quantidade; inclusive para auxiliar a revolução na banda oriental.⁹⁰

Quanto aos soldados, o médico baiano afirma que seriam nada mais do que massas de explorados mal-pagos, mal-vestidos e descalços,⁹¹ ao contrário das regalias que seus correspondentes estaduais receberiam, com seu bom soldo, bons vestidos, luxo em fardamento, bons quartéis, divertimentos, (em alguns até bilhares, segundo ele).⁹²

Neste cenário, o médico baiano antevê que tal situação provocará conflitos internos, que desarticulariam ainda mais o Exército, enfraquecendo-o, ou provocando a revolta generalizada. E a Brigada, que já se constituía na terceira força armada do país, segundo Dourado, seriam os jaízaros ⁹³ da República, o “Exército presidencial”. ⁹⁴

Porém, mesmo as brigadas, tão leais aos governantes, acabariam por despertar face ao exagero

⁹⁰ DOURADO, 1905, p. 15. **Nota:** Castilhos, findada a Revolução Federalista, formou aliança com Aparício Saraiva, irmão de Gumerindo Saraiva e, como este, chefe maragato durante a Revolução, mas liderança do Partido Blanco no Uruguai. Os federalistas, principalmente Silveira Martins, por sua vez, apoiavam os Colorados.

⁹¹ DOURADO, 1905, p. 8.

⁹² DOURADO, 1905, p. 9.

⁹³ Os janízaros foram a guarda de elite, ou o exército particular, dos Sultões durante o Império Otomano. Era constituída por crianças cristãs, normalmente capturadas em batalha, levadas como escravas e convertidas ao Islã. Recebiam educação baseada na lei islâmica e na língua turca, ao mesmo tempo que aprendiam a manejar armas e eram instruídos nas artes militares. Adultos, formavam uma força leal unicamente ao sultão, ao qual defendiam até mesmo com a própria vida.

⁹⁴ DOURADO, 1905, p. 15.

nas vantagens e enriquecimento rápido, que beneficiariam somente aqueles, uma vez que não poderiam ver com bons olhos, um governador fazer fortuna num curto prazo de tempo, enquanto elas que se julgariam bem pagas, deveriam se contentar com o soldo. Segundo Dourado, em algum momento os comandados se indagariam se era justo o governante se despedir do cargo levando quinhentos contos de réis sem nunca ter feito uma marcha a noite por banhados alagadiços, ao cair da geada; esperando a toda hora ser atacado pelo inimigo para *consolidar* a instituição que ele, o governante, teria sabido tão comodamente usufruir.⁹⁵ Ou seja, mesmo após vários ataques à instituição Brigada Militar, Dourado teve o cuidado de incitar, ainda que de forma tênue, os comandados desta instituição a rebelarem-se contra aqueles que mais tiravam proveito de sua existência, os senhores do poder estadual.

A oposição Federalista

Se a questão militar, de tentativa de cooptação do Exército e ataque à Brigada, foi o assunto predominante dos artigos publicados por Dourado no período pós-revolucionário, outros temas voltaram à pauta. Alguns retornaram, como as críticas à República, outros surgiram, como as propostas programáticas, e outras, ainda, se transformaram, como suas opiniões a respeito

⁹⁵ DOURADO, 1905, p. 36.

de Floriano Peixoto, indicando uma mudança de postura defendida pelo intelectual federalista.

A defesa do Partido Federalista como “o únicopositor ao governo” aparece em um de seus artigos, como forma de legitimar sua ação e apresentá-lo como alternativa ao sistema vigente.⁹⁶

Borges de Medeiros, o sucessor de Castilhos no comando do PRR e do estado, apresentava-se como ainda pior que seu antecessor, na opinião do médico baiano. Por outro lado, a oposição, ou a maneira como ela estava sendo exercida, também foi alvo de críticas por parte de Dourado. Ao constatar a inércia que tomava conta do partido naquele momento, afirmou que “[...] os federalistas nada tentam, nem tem motivos para isso. Sua ação atualmente é até de conforto para o governo”.⁹⁷ Este trecho denota o nível de controle das oposições que o castilhismo-borgismo impunha. Uma das estratégias do governo para manter este controle era a promessa de se realizar eleições, mas que seriam inócuas, pois concorrer às urnas seria preciso levar a cédula em uma mão e a arma na outra, para garantir o seu voto neste sistema.⁹⁸

Um dos alvos preferidos no período revolucionário, Floriano Peixoto aparece intocável nas palavras do médico baiano a partir do pós-guerra, demonstrando uma estratégica mudança de discurso cujo objetivo provável era atrair a simpatia do Exército (suficientemente alvo de elogios e conclamações por parte de Dourado neste período) ou, ainda, conseguir a

⁹⁶ DOURADO, 1905, p. 15.

⁹⁷ DOURADO, 1905, p. 16.

⁹⁸ DOURADO, 1905, p. 16.

almejada intervenção federal no estado.⁹⁹ Isentava o marechal de responsabilidades sobre os eventos de que tomou parte, direta ou indiretamente, atribuindo somente a Castilhos o rumo dos acontecimentos no Rio Grande do Sul. ¹⁰⁰ Trata-se de notável alteração discursiva, ligando Floriano Peixoto convenientemente ao Exército na mesma lógica de “criar aquilo que o vem matando”.

Quando morre Gaspar Silveira Martins, o grande líder dos federalistas, Dourado conclama seus companheiros, “irmãos em ideal” a conservar seus postos. Segundo ele, “não é a primeira provação [...] que nos fere [...]. Choremos nosso chefe, mas façamos com que ele seja imortal, e redivivo entre nós, continuando sua obra.”¹⁰¹

Aliás, as considerações acerca de sua morte, divididas entre o discurso público proferido e os artigos publicados em homenagem ao líder morto e que deram origem ao livreto *Silveira Martins, discursos e referências...* serviram também para propagar a causa federalista, não apenas sob as homenagens à memória e atos do antigo líder, como de afirmar sua pretensa grandeza para a nação. Em determinado trecho, compara Silveira Martins a Moisés, aquele que libertou o seu povo do cativeiro dos opressores. ¹⁰² O tribuno era, nas homenagens de Dourado, o gaúcho que se mostrava gigante até ante o

⁹⁹ ALVES, Francisco das Neves. História Política do Rio Grande do Sul I. In: *Curso de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2010.

¹⁰⁰ DOURADO, 1905, p. 18-19.

¹⁰¹ DOURADO, 1901, p. 14.

¹⁰² DOURADO, 1901, p. 22.

vulto “santificado” de D. Pedro II¹⁰³ e era, também, mais temido do que odiado.¹⁰⁴ Ao longo das 25 páginas que compõe o livreto, qualidades, histórias e virtudes de Silveira Martins são enaltecidas pelo autor, reforçando a figura do grande e exemplar líder contribuindo para a elevação de símbolo de sua luta. Finalmente, era pelo ideal de Silveira Martins que se devia a conservação do Partido Federalista.¹⁰⁵

Críticas à situação política

Dourado escreveu que, para consolidar a República, “[...] o habitante do Rio Grande era pior tratado do que o mísero pária indiano.” Atestava, também, de que no Brasil não havia povo, e sim forças. Quem se revoltasse, seria tratado como “a vil canalha”: os “bandidos do Rio Grande”, os “jagunços da Bahia” etc. ¹⁰⁶ Em suas palavras, a parcela da população que se revolta não faria parte do povo, ao menos aos olhos dos governantes. Do lado oposto, ou seja, aqueles que não alcançavam as denúncias e críticas desferidas pelas oposições, não passavam de “bestializados”. ¹⁰⁷ De resto, aquilo que Dourado classificaria de povo, a grande maioria, não tomou parte no processo político que culminaria na República, ou as lutas subsequentes de sua implantação, pois o povo teria sido “degredado” na

¹⁰³ DOURADO, 1901, p. 24.

¹⁰⁴ DOURADO, 1901, p. 25.

¹⁰⁵ DOURADO, 1901, p. 25.

¹⁰⁶ DOURADO, 1905, p. 14.

¹⁰⁷ DOURADO, 1905, p. 10.

República: nem concorreu para ela, nem a repeliu, e nem a desejou.¹⁰⁸

Apesar destas considerações, o povo nunca foi o centro do debate Liberal ou federalista. Ao contrário, no próprio programa do Partido Federalista, que defende o sistema parlamentar, as eleições para presidente da República seriam efetivadas pelo parlamento, da mesma forma com os governantes dos estados, diminuindo, desta forma, a participação popular. Nas palavras de Dourado, percebemos mais uma tentativa de despertar a consciência e ação política do que ensejar, propriamente, um protagonismo do povo nos processos eleitorais.

Dourado critica a imprensa situacionista do período, assim como aquela dita “neutra”, por silenciarem ou por tratarem de forma superficial as barbaridades que estariam sendo cometidas no Brasil, pelo poder constituído.¹⁰⁹ Críticas também eram dirigidas ao Poder Judiciário, com sua justiça “demagoga”, com julgamentos parciais e tendenciosos sempre favoráveis ao governo, de acordo com o autor.¹¹⁰

Em virtude de todos estes equívocos, divisões e vícios, acreditava Dourado que o futuro do Brasil seria a sua divisão em pequenas repúblicas.¹¹¹ Para evitar isso, segundo Dourado, só haveria dois caminhos possíveis de serem seguidos: *a revolução*, mas que para fosse eficaz todo o país deveria pegar em armas; e o *Parlamentarismo*. Porém, não está bem seguro da eficácia dos meios revolucionários, sobretudo após a derrota sentida

¹⁰⁸ DOURADO, 1905, p. 36.

¹⁰⁹ DOURADO, 1905, p. 30.

¹¹⁰ DOURADO, 1905, p. 31.

¹¹¹ DOURADO, 1905, p. 37.

durante a guerra civil de 1893-95, uma vez que cada revolução poderia gerir outra revolução. Além disso, cada governo efêmero, como todos os governos republicanos, destaca o autor, não teria outra preocupação senão a de fortificar no poder no seu prazo, embora seja esse prazo curto “a sementeira de milhões de desgraças futuras.”¹¹²

De qualquer modo, revolução e Parlamentarismo seriam os caminhos que colocariam novamente o país nos trilhos do progresso “lento, porém eficaz” que o Exército havia, “equivocadamente” tirado o Brasil no 15 de Novembro. Porém, somente um estado poderia, verdadeiramente, liderar este processo: o Rio Grande do Sul, berço dos federalistas, do maior movimento armado de oposição na jovem República – a Revolução Federalista – era defendido pelo médico baiano como o “predestinado” a liderar o processo que iria culminar na substituição não de homens, mas de “sistemas” considerados ineficientes e falidos.¹¹³

A “solução” para o Brasil

Interessante notar que Dourado defende o sistema parlamentar, mas não defende, explicitamente, a República. Ao contrário, ainda dirige críticas a esta, e sutis elogios à monarquia. Da República, diz que esta estabelece esse sistema de que quem governa só se deve preocupar do seu tempo, pouco importando quem viesse depois, desde que nesse curto prazo eles se

¹¹² DOURADO, 1905, p. 36.

¹¹³ DOURADO, 1905, p. 60.

locupletam a ponto de não precisarem mais de governar.¹¹⁴ Assim como em *Voluntários*, a efemeridade dos governos republicanos é apontada por Dourado como uma das causas de seu vício. Em contraponto, define as providências para se resolver os problemas da República no Brasil, cujo primeiro passo seria estabelecer no país um governo de longa permanência,¹¹⁵ pousando acima das contingências dos partidos; fiscalizando os seus agentes, e os designados dos partidos nos atos que interessam o bem comum o que nos parece apontar em direção oposta ao republicanismo, uma vez que, para o governante estar acima das contingências dos partidos, ter envergadura moral para tal feito não nos parece outro senão um monarca. Colaborando na elucidação deste tema, em determinado trecho Dourado compara as situações da Rússia de então (monarquista) com o Brasil (República), onde naquela haveria uma instituição secular, um princípio permanente, encarregado de corrigir e fiscalizar tudo. No Brasil, ao contrário, escreveu o médico baiano, os governos passam, e nada mais deixam do que desgraças e acúmulo de perigos que ao sucessor.¹¹⁶ Na comparação, a instituição secular, o princípio permanente, encarregado de fiscalizar e corrigir tudo, tal qual era premissa do governo “superior” que deveria se instalar no Brasil, evidenciado em trechos citados acima, encaixa-se perfeitamente ao regime monárquico que existia na Rússia e encontrado no exemplo do autor.

¹¹⁴ DOURADO, 1905, p. 3.

¹¹⁵ DOURADO, 1905, p. 45.

¹¹⁶ DOURADO, 1905, p. 32-33.

Outras soluções apontadas por Dourado passam pelo Exército, elemento basilar e espécie de fixação do médico baiano nos escritos pós-revolucionários. Do mesmo modo que o programa federalista, Dourado prega o afastamento dos militares da política partidária, pois declara ser esta a causa principal de todos os males da classe. Porém, não defende o total desligamento do Exército da cena política, ao contrário, apenas da “política dos partidos”.¹¹⁷ Desta forma, continuaria contribuindo nas decisões dos destinos do país sem envolver-se nas cisões, que costumam permear a política dos partidos. Deste modo, Dourado prossegue no afã de conquistar a simpatia dos militares, colocando-os no centro do cenário decisório da nação. Além do plano macro, sugere ações vinculadas ao Exército também de natureza prática, como elencados a seguir:

- Serviço militar obrigatório para fazer desaparecer as distinções de raças, e nascer a distinção da inteligência, da aplicação, do comportamento, do caráter enfim, é de urgente adoção.
- Cada quartel será uma escola, onde o amor próprio do oficial, seja o principal elemento de estímulo e a correspondência por parte das praças, o melhor elemento de êxito [...].
- Quanto possível seriam esses quartéis, antes acampamentos em terrenos próprios a serem agricultados; divididos em tantas secções quantas companhias. E estas secções divididas ainda em geiras ou lotes correspondentes aos pelotões.

¹¹⁷ DOURADO, 1905, p. 46-47.

Essas geiras seriam cultivadas pelos respectivos pelotões.

- Ninguém seria obrigado a trabalhar; mas os que não trabalhassem não teriam lucros; e seriam desligados desse meio, ficando no quartel central. Isto é, o serviço agrícola seria facultativo.
- Os quartéis deixariam de ser esses que se tem estabelecidos, que não obedecendo a condições bélicas de defesa, são mais nocivos que uteis, segundo as leis higiênicas; conquanto poucos soldados neles pernoitem [...].
- Os quartéis ou acampamentos seriam casas pequenas, bem arejadas, feitas pelos próprios soldados, auxiliados por artífices, sendo elas motivo de especial inspeção [...]
- E para os exercícios seriam designados dias, na semana.
- O produto dessa agricultura seria vendido ao fornecedor do mesmo corpo, e o excedente vendido ao governo para consumo das outras corporações e o produto dessa venda dividido entre os agricultores, ou depositado em nome deles na caixa econômica.
- A despesa com esse quartel granja, seria muito menor, na compra de terreno e edificações de que a feita com esses casarões que se deterioram facilmente e exigem gastos constantes, ou com alugueis de casas impróprias e anti higiênicas, por longos anos.
- As escolas militares seriam dispersas. Cada ano corresponderia a um mister, sobretudo os que se

aproximassem da agricultura, da agronomia, da mineração.

- As colônias militares, não seriam mais um refúgio de velhos soldados inválidos somente. Ali os alunos permaneceriam um ano, no estudo agrícola; e parta ali poderiam ir todas as praças que terminassem o seu tempo, com as mesmas regalias concedidas aos colonos europeus.
- Nas escolas seriam designados tais e tais para seguirem tais e tais cursos de conformidade com as aptidões demonstradas. [...] As chamadas escolas preparatórias seriam em comum para os candidatos aos postos do exército e da marinha. Foi essa ideia, de alto patriotismo, do marechal Floriano, que sem dúvida a concebeu, depois que viu o despenhadeiro em que os politicamente colocavam a pátria explorando as duas classes.¹¹⁸

Neste último item, uma vez mais, afagos a Floriano Peixoto, a quem atribui a ideia “de alto patriotismo”. Estas sugestões, de natureza prática, vislumbravam tornar a instituição militar ainda mais organizada, poderosa e, na visão do cronista, útil à nação. Basta ver que, com estas providências, o soldado, após “terminado o tempo de praça, esse HOMEM que saísse do exército não seria um indolente; um capital morto para ele mesmo; obrigado a procurar um emprego, muitas vezes indigno [...]”¹¹⁹ Por isto a importância que dava à formação de base, aplicada aos soldados. Dizia ele que não podia compreender

¹¹⁸ DOURADO, 1905, p. 48-50.

¹¹⁹ DOURADO, 1905, p. 50.

“exércitos modernos sem instrução, e esta não pode ser dada nos quartéis somente. As escolas militares são indispensáveis, como são as regimentais, as de tiro”.¹²⁰

As indicações de participação do Exército na cena política do Brasil, bem como sugestões de ordem prática para a corporação, evidenciam o tom discursivo que dominou os artigos de Dourado no período pós-revolucionário. O Exército era conclamado a assumir seu papel, como feito na Proclamação da República, mas desta vez em uma espécie de “correção do erro” ao conduzir aqueles governantes ao comando do país. Tentava, com os elogios à corporação e apelando para os brios dos militares, diminuídos pelo fortalecimento das brigadas estaduais que rivalizavam em contingente e armamentos, conseguir seu decisivo apoio na derrubada dos novos donos do poder e, desta forma, aplicar seu próprio sistema de governo.

Considerações finais

A ideia de que a República fora fato consumado e aceito total e imediatamente talvez não seja a melhor explicação para o 15 de Novembro. O período da transição Monarquia-República se deu, no Rio Grande do Sul, com características e peculiaridades únicas em relação ao restante da federação brasileira. Se a proclamação de Deodoro da Fonseca foi considerada, por muitos, algo próximo a uma parada militar em virtude da relativa facilidade com que houve a troca da

¹²⁰ DOURADO, 1905, p. 5.

forma de governo no país, no estado sulino a implantação da República teve tons mais graves, e a disputa pela hegemonia do poder estadual tomou proporções tais que o embate político culminou em um combate por meio de armas. A disputa, acirrada, dividiu o Rio Grande do Sul entre castilhistas e gasparistas e fomentou paixões ideológico-partidárias defendidas ferrenhamente por seus partícipes, entre eles Angelo Dourado, objeto de análise do presente estudo.

Não foi nosso objetivo fazer uma biografia de Dourado. Os dados que apresentamos referentes à sua vida nos ajudam a traçar o perfil do médico baiano, conhecer suas influências, o meio de formação e entender melhor os seus escritos. Ao cruzar seus dados biográficos com as características da época em que viveu, conseguimos compreender melhor sua ação e seus escritos. O fato de Dourado demonstrar inclinação às letras desde muito cedo, contribui para entendermos sua futura paixão pela escrita tanto em livros quanto através da imprensa, mas é somente ao analisarmos o tipo de médico formado pelas faculdades de Medicina de fins do século XIX, em especial a Faculdade de Medicina da Bahia, é que conseguimos explicar a retórica desenvolvida, a prática escriturística, a ênfase do saber pelo livro e, mais importante, a figura do médico-político, engajado e ciente de seu papel social a desempenhar.

O médico baiano tomou parte diretamente em dois episódios basilares da instalação e consolidação republicana no Rio Grande do Sul: participou da fundação do Partido Federalista, ator principal das oposições durante a maior parte da República Velha e lutou na Revolução Federalista, que, ao lado da Revolta

da Armada, foi a mais notável força de contraponto aos novos senhores do poder. Este envolvimento tornou seu testemunho escrito sintomático da disposição de ânimos e ajuda a montar um panorama do que pensavam alguns dos federalistas, sobretudo seu comando intelectual. Dourado é fruto de sua época e, como muitos, – de lado a lado – têm a pretensão de expressar a verdade, e do convencimento. Motivado por paixões partidárias, idealistas, destaca-se nele o engajamento, a panfletagem, tão típicas da efervescência política presente no processo de implantação republicana no Brasil, e em especial, no Rio Grande do Sul. Era um típico exemplo da elite intelectual do período, com sua educação erudita, o apreço às artes e às ciências, o gosto pela literatura, a paixão pela escrita, complementadas pela formação acadêmica em Medicina na Bahia. O médico, que diagnosticava doenças nas pessoas, costumava fazer as mesmas analogias para tratar de um outro organismo, que segundo sua ótica, também estava doente, e também carecia de cuidados: o Brasil.

Em Dourado destaca-se a multiplicidade de sua atuação no contexto da instauração do sistema republicano em território sul-rio-grandense. Baiano e emigrado tardiamente para o Rio Grande do Sul, não havia maiores motivos para que escolhesse um dos lados da contenda. Republicano declarado, mas com simpatia externada pelos tempos monárquicos e defensor dos preceitos Liberais, o médico juntou-se às fileiras federalistas ainda antes da deflagração do conflito armado, e não só tomou partido na cena política quanto igualmente participou da luta armada, acompanhando a Coluna de Gumercindo Saraiva pelas escaramuças nos três estados do Sul. Mas o que fez de Dourado ser um

caso interessante, do ponto de vista histórico, é sua atuação como produtor de escritos sobre a época, mormente duas obras fundamentais que retratam seu presente, ambas situadas em distintos momentos do início da jovem República brasileira: um antes da Revolução Federalista e outro depois do conflito, nos quais foi um típico agente da chamada “guerra das palavras” empreendida tanto por castilhistas quanto por federalistas, nestes dois períodos.

Nas obras de Dourado, o político e o social andam lado a lado, são indissociáveis. Em nosso recorte, porém, privilegiamos os aspectos políticos e é através de seu viés que construímos nossa análise. No período pré-revolucionário, a obra de referência foi *Voluntários do Martírio*, e nesta fase o autor declara sua sistemática oposição a Julio de Castilhos e Floriano Peixoto. Não poupa críticas à República instalada em 15 de Novembro e também ao Exército, que para o médico baiano não precisaria ter caráter permanente. Tanto nesta obra quanto nos textos que serviram de suporte, ou complemento, encontramos declarações simpáticas à Monarquia e ao Imperador deposto, ainda que, em si, não configurem uma taxativa alcunha de monarquista.

No período pós-revolucionário, por sua vez, baseamos nossa pesquisa na obra *A situação política do Brasil*, coletânea de artigos publicados na imprensa das cidades de Jaguarão e Rio Grande, que ganhou a forma de livro para, segundo o próprio autor, cruzar as fronteiras naturalmente impostas pelas limitações de abrangência espacial dos jornais em que saíam seus escritos. Com isto, seu livro atingiria um público maior e mais distante do seu centro de produção.

Notamos, a partir de *A situação*, um reposicionamento discursivo do intelectual militante. Seu alvo passa a ser as Brigadas, sustentáculo dos poderes estaduais sobretudo no Rio Grande do Sul. Em contrapartida, passa a cortejar o Exército, e em especial sua base, em uma tentativa de atrair simpatias para a causa federalista, haja vista que foi ele o fiel da balança durante a Revolução. Na grande maioria dos artigos, há referências elogiosas à corporação, sugerindo o quão grande é sua exploração e desvalorização enquanto as Brigadas receberiam, acusa o médico, os melhores tratamentos e deferências por parte dos governos. Também defende a participação militar na política – mas não a de partidos – no que vai de encontro ao proposto por Silveira Martins, líder federalista, que defendia que militares ainda na ativa não poderiam votar nem ser votados. Ainda a respeito do Exército, sugere uma série de medidas que julga pertinentes para fortalecer a instituição e torná-la mais produtiva, em diversos aspectos, como, por exemplo, a ideia dos “quarteis-granja”.

Outra guinada discursiva diz respeito a Floriano Peixoto. O Marechal não é mais hostilizado por Dourado, ao contrário. Em *A situação*, recebe menções honrosas e elogiosas, em nenhum momento é alvo de críticas. Com este reposicionamento, concluímos que os federalistas, representados em uma das figuras de maior destaque intelectual dentre os seus quadros, cortejava o Exército em face da nova realidade imposta com a vitória castilhista em 1895. O governo de Borges de Medeiros, herdeiro político e sucessor de Julio de Castilhos, detinha ao mesmo tempo a máquina estatal a seu favor e contava com o apoio da poderosa Brigada

Militar. Restava aos federalistas, já subjugados com suas milícias na Revolução Federalista, cooptar aqueles que, embora enfraquecidos – sob sua visão – ainda poderiam desequilibrar em seu favor um eventual novo levante armado. Além disso, não é demais lembrar, era desejo dos federalistas a intervenção federal no estado, e as denúncias sistemáticas, somadas à ajuda deste elemento militar cortejado, poderia facilitar, ou adiantar, esta medida, afinal, como dizia Silveira Martins, não havia uma Constituição a *modificar*, mas sim uma Constituição a *substituir*.

Longe da pretensão de esgotar o assunto, até porque o recorte aqui apresentado constitui uma síntese das ideias de Angelo Dourado sob o prisma de duas de suas principais obras, pudemos conhecer um pouco do pensamento e ação do médico baiano nos momentos de implantação e consolidação das instituições republicanas no Rio Grande do Sul. Como modestas contribuições, destacamos a descoberta de dois escritos ainda não relacionados pela historiografia, o livreto *Silveira Martins: discurso e referências depois de sua morte* e o estudo *Memoire sur un cas de echinoque retro-bulbaire*, além do artigo *Dom Pedro, o bom*, publicado em edição especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Além disto, um fato que não encontrou destaque na maior parte dos escritos sobre Dourado é sua ação enquanto emissário do general Tavares para negociar a entrega de armas pelos revolucionários, em 1895.

Entendemos que, para se estabelecer uma abordagem mais abrangente, se faz necessário percorrer também os caminhos trilhados por Dourado através da imprensa sul-rio-grandense, ao longo de sua vida neste estado, para realmente dimensionar, com maior exatidão,

qual o papel desempenhado pelo médico, escritor, intelectual e militante federalista, o que deverá ser executado numa futura etapa da pesquisa.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. História Política do Rio Grande do Sul I. In: *Curso de Pós-Graduação em História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2010.

_____. Sociedade e doença no Rio Grande do Sul da virada do século XIX: o estudo de um médico revolucionário. In *Sociedade e saúde pública no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2005.

ALVES, Francisco das Neves. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In _____. *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Editora da Furg, 2002.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: O Sistema de Relações de Poder. In *República Velha (1889-1930)* / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Angelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989.

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais – v.2* / Edward McNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meachan. São Paulo: Globo, 2001.

CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 3ª ed. 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Marcus Vinicius da. A Revolução Federalista (1893-1895): o Contexto Platino, as Redes, os Projetos e Discursos Construídos pela Elite Liberal-Federalista. *Revista História em Reflexão*: Vol. 3 n. 6 - UFGD - Dourados jul/dez 2009.

CRUZ, Nilda Autran Bastos. *Árvore de muitos frutos* (memórias). São Paulo: Edições Alarico, 1958.

DOURADO, Angelo. A pipocarpina no tratamento das adenites in *Gazeta Medica da Bahia*, Ano XVII, nº 3, setembro de 1885.

_____. *A situação política do Brasil*. Jaguarão: Typ. do Commercio, 1905.

_____. Dom Pedro, o bom. In *Homenagem do Instituto Historico e Geographico Brasileiro a memoria de Sua Magestade o Senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1894.

_____. *Silveira Martins: discursos e referências depois de sua morte*. Rio Grande: Typographia e Lithografia de Strauch & Kunz, 1901.

_____. *Voluntários do Martírio: narrativa da revolução de 1893*. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 1977.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. in ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da Furg, 1993.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In _____ (org). 1893-95 *A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

_____. O Partido Federalista. In *República Velha (1889-1930)* / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul.

LEITE, Luiz Olavo. A Filosofia Rio-Grandense – Década de 1880-1890 in FLORES, Hilda Agnes Hübner (org)

Revolução Federalista – Estudos. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Eliane de. A Cultura da Dominação. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 93-97, jan./jun. 2006 p. 94.

MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*, Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul – antecedentes da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

OLIVEIRA, M. F. *Quando a memória vira História – Angelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom Editora, 2009.

ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. As críticas de um federalista à conjuntura político-militar brasileira na virada do século. In ALVES, F.N & TORRES, L.H. [orgs] *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. FURG, 1996.

REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ do Jornal do Povo, 1911.

PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), 1994.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.

Periódicos

CORREIO DO POVO, ano 63, n. 63, ed. 14/12/1957.

ECHO DO SUL, ed. 1º de novembro de 1905.

ECHO DO SUL, ed. 24 de outubro de 1905.

GAZETA MEDICA DA BAHIA. Ano XVII, nº 3,
setembro de 1885.

Memórias de um vencido: o general míope e a Revolução de 1930

Marcelo França de Oliveira

Introdução

A história, tão pródiga em separar vencedores e vencidos, reserva notadamente mais espaço para as versões daqueles primeiros. Desde os Analles, porém, há um esforço entre diferentes correntes historiográficas que destacam, – e privilegiam, em muitos casos – a versão dos vencidos. Não se trata de escrever uma outra história, tampouco de desqualificar narrativas de vigentes, mas de lançar novos olhares, com novos dados, outras perspectivas. Neste sentido, chamou nossa atenção um velho e empoeirado livro, do qual muito pouco lê-se ou ouve-se falar a respeito, mas escrito sobre as reminiscências memorialísticas de um dos protagonistas da resistência (ainda que fraca, como veremos a seguir) oficial ao movimento que resultaria na Revolução de 1930: o Comandante da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul, general Gil de Almeida. Neste artigo, apresentamos uma síntese crítica da obra do militar, suas características e versões apresentadas, com o

objetivo de estabelecermos um contraponto às narrativas lineares sobre os conhecidos desdobramentos políticos subsequentes da Revolução de 1930 no Brasil.

A memória e a vontade do registro

Um fato, quando não rememorado, corre o risco de cair no esquecimento. Surge, pois, uma vontade de contar o passado aos contemporâneos, ou de registrar os episódios vividos aos pósteros, e pelo mesmo motivo, o de evitar o esquecimento. Há, de uma parte, o desejo de perpetuar a versão; e da outra, o interesse em sabê-la. Destas duas resulta o interesse pela memória¹²¹. Então, este interesse aparece, segundo Peter Burke¹²², como *“uma reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar aquilo que somos daquilo que fomos”*. E como fazer para perpetuar esta versão? Certeau nos fala da *ideologia da informação* pelo livro¹²³, onde existe *“a pretensão dos ‘produtores’ de informar uma população, isto é, ‘dar forma’ às práticas sociais”*¹²⁴. Recorre-se a uma produção textual para a narrativa do passado,

¹²¹ Por Memória, utilizaremos a definição de Le Goff, que a define como *“a aquisição de regras de retórica e também de posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo”*. (LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 419).

¹²² BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 88.

¹²³ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 260.

¹²⁴ *Idem*, p. 260

do que se julga *ser a história*. Pollak afirma que, “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa (...) a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social”¹²⁵. Deste modo, o que o indivíduo vive e sofre, no processo histórico, reflete na sua construção da versão, da história que para ele aconteceu tal qual rememora.

No contexto histórico, os eventos considerados relevantes entre a historiografia acabam por separar, na maioria dos casos, vencedores de vencidos, sendo que aqueles sempre têm sua versão privilegiada. O outro lado, ou a história dos vencidos, nem sempre é trazida ao debate. É neste cenário que voltamos nossa atenção ao relato do general Gil de Almeida¹²⁶, então comandante da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul por ocasião da Revolução de 1930. Joseph Love apresenta o general como fortemente fiel¹²⁷ ao presidente Washington Luís, além de retratá-lo como ludibriado pelo plano orquestrado por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha¹²⁸. O próprio Almeida, legalista que era, dedica a sua obra aos oficiais e soldados mortos no dia 3 de outubro de 1930¹²⁹ (quando eclodiu a revolução no Rio Grande do Sul) e que

¹²⁵ POLLAK, Michael. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 201

¹²⁶ ALMEIDA, Gil. *Homens e Fatos de uma Revolução*. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1943.

¹²⁷ LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 259.

¹²⁸ Sendo levado a cabo por estes com a ajuda de João Simplício Alves, substituto de Oswaldo Aranha na Secretaria do Interior no governo de Getúlio Vargas na presidência do RGS. LOVE, op. cit. p. 259.

¹²⁹ ALMEIDA, op. cit. p. 3.

morreram “no cumprimento do dever, na defesa dos brios do Exército, na obediência à Lei, no respeito à Pátria sublime”¹³⁰.

O testemunho e o grito dos vencidos

Almeida dedica dois terços das suas 336 páginas à contextualização do cenário político gaúcho, desde a proclamação da República até as iminências da revolução. Quando trata dos antecedentes imediatos desta, cita o episódio onde Góis Monteiro solicitara licença do seu Regimento onde servia¹³¹ para supostamente acompanhar sua esposa numa cirurgia, em Porto Alegre. Almeida concordara com a dispensa justificando que ele era:

(...) até então como um bom informante e nada autorizava a desconfiar da sua pessoa, tanto mais quanto sabíamos estar o Tenente-coronel Góis, em ligação constante com o General Álvaro Mariante, diretor da Aviação, um dos chefes dos quais o governo tinha ponderáveis razões de confiar. O justo motivo da ida do comandante do 3º R.C.I. a Porto Alegre, é hoje conhecido, - era ser o chefe do Estado-Maior das forças revolucionárias do Rio Grande.¹³²

¹³⁰ Idem, ibidem. E vai adiante ao oferecer o livro a todos os vencidos pela revolução (ALMEIDA, op. cit. p. 4).

¹³¹ Góis Monteiro servia como Tenente-coronel no 3º Regimento de Cavalaria de São Luiz Gonzaga, e era, deste modo, subordinado ao general Gil de Almeida.

¹³² Que mesmo já não sendo mais presidente do Estado, ainda era o chefe do Partido Republicano Riograndense (PRR).

Prossegue que havia sido informado por João Simpício que, tanto Getúlio Vargas quanto Borges de Medeiros, não desejavam a revolução, e ficara, assim, tranquilo que esta não contava com o apoio dos dois chefes políticos:

Vê-se, portanto, que a tática da traição era única: não envolvidos oficialmente governo e autoridades, auxiliavam a tecedura dos flexos da rede, mas se porventura houvesse um fracasso, os agentes conspiradores, que operavam às claras, apareceriam responsáveis, enquanto o Governo do Estado se isentava, prestigiando o Executivo Federal assentado nas tradições do Partido Republicano Riograndense.¹³³

Na véspera do golpe, dia 2 de outubro, aparece na edição do jornal matutino “Diário de Notícias” uma informação que foi contestada por Almeida. Dizia que Getúlio Vargas o havia chamado ao Palácio para que tirasse as tropas instaladas estrategicamente no bairro Menino Deus, a fim de defender e oferecer suporte às demais guarnições em caso da revolução. Tal solicitação não teria sido atendida pelo general, cuja resposta foi que, só poderia fazê-lo, com ordens expressas do Presidente da República. Vargas, retrucando, teria dito “*mande retirar seus canhões do lugar onde se encontram, pois, do contrário, a Brigada Militar fará este serviço*”¹³⁴ evidenciando a força da Brigada local no

¹³³ ALMEIDA, op. cit. p. 213.

¹³⁴ Diário da Manhã, edição de 2 de outubro de 1930 in ALMEIDA, op. cit. p.215 a 217.

período. O jornal A Federação, órgão oficial do governo estadual, apressa-se em desmentir o ocorrido na sua edição da noite de 2 de outubro.

No dia seguinte, estouraria a revolução. Antes, porém, o general narra a prosaica ida, às oito horas da manhã, ao Hospital Militar para fazer “um exame de vistas”:

Os meus olhos pareciam doentes desde muito tempo e eu descuidara, atribuindo o incomodo ao excesso de trabalho à noite. O médico examinou-me. Disse que eu precisava operar-me da vista direita (...) Regressei ao Quartel General preocupado. Eu sentia os olhos arderem. Não podia fixá-lo bem... As menores cousas me irritavam...¹³⁵

Não demorou muito para estourar a revolução. Às treze horas, Oswaldo Aranha havia lançado um manifesto revolucionário em um grande comício. Ao ser informado, Almeida tenta entrar em contato com João Simpício e com o próprio Getúlio, em vão. Às quinze horas é informado que a agência dos Correios é tomada por civis armados. As guarnições de Bagé, Alegrete e Passo Fundo comunicam via rádio informando: a revolução iria começar¹³⁶. Às dezessete horas, finalmente o Quartel General era invadido. Vinte minutos depois¹³⁷, o general estava rendido e considerado preso.

A partir do momento de sua rendição, a obra deixa de lado a narrativa factual e passa a explicar através de

¹³⁵ ALMEIDA, op. cit. p. 223.

¹³⁶ ALMEIDA, op. cit. p. 224.

¹³⁷ ALMEIDA, op. cit. p. 232.

justificativas, teorias e acusações. Para justificar a facilidade com que seu Quartel General foi tomado, afirma:

Subornaram os soldados da guarda do Quartel General, que fugiram momentos antes, inutilizando as nossas metralhadoras e fuzis e furtando a munição do material bélico, que eles vendiam aos nossos adversários a peso. O subornador foi o Dr. Oswaldo Aranha, que se ufanou do importante feito, após a nossa queda, mostrando os percutores das metralhadoras, que trazia como um troféu, no bolso.¹³⁸

Além disso, usa o fator psicológico para explicar a deficiência do seu exército de então, face ao inimigo revolucionário:

No Rio Grande do Sul havia uma causa psicológica que não se pode desprezar. As unidades do Exército estavam formadas por soldados recrutas, homens que na véspera eram civis. A mentalidade destes indivíduos não podia ser profunda e radicalmente modificada simplesmente trocando-lhes o casaco paisano por uma blusa caqui. Eles tinham, com efeito, de guardar por algum tempo as impressões do meio social em que viveram e se educaram.¹³⁹

Também cita com horror a morte brutal, a queima-roupa, do Major Otavio Cardozo e denuncia que os seus assassinos roubam- lhe o revólver, o relógio

¹³⁸ ALMEIDA, op. cit. p. 230.

¹³⁹ ALMEIDA, op. cit. p. 241.

e ainda os vencimentos “*intactos ainda em seu bolso*”¹⁴⁰. Talvez para enaltecer a si mesmo, não afirma quantos homens havia no ataque ao Q.G. Só diz que, do seu lado, havia apenas oito soldados, contra um efetivo muito superior, numericamente, de revolucionários. Para isso, cita o próprio inimigo de então, Oswaldo Aranha como fonte da estatística adversária: “*segundo o Dr. Aranha, e era corrente em Porto Alegre, foram empregados mais de 300 homens no ataque ao Quartel General e tê-lo-iam incendiado, se a resistência se prolongasse por mais tempo.*”¹⁴¹ Fato posto é que, segundo afirma, só aceitou a capitulação se recebesse carta de próprio punho de Getúlio Vargas, no que foi atendido. A carta dizia:

Acabo de ter conhecimento da ocupação do Quartel General, pelas forças revolucionárias. Tratando-se, como é o caso, de uma situação perfeitamente consolidada, contra a qual, mais do que temeridade, seria inútil sacrifício oferecer qualquer resistência, ousou apelar para os sentimentos de V. Excia. no sentido de se entregar às forças sob o comando do General Valdomiro de Lima, portador desta, que lhe assegurará, em meu nome, todas as garantias, de acordo com a dignidade de seu cargo e a estima de que é merecedor no Rio Grande do Sul.

Apraz-me reiterar a V. Excia., protestos de minha elevada consideração. – Getulio Vargas.¹⁴²

¹⁴⁰ ALMEIDA, op. cit. p. 231.

¹⁴¹ ALMEIDA, op. cit. p. 233 e 234.

¹⁴² ALMEIDA, op. cit. p. 235.

Note-se que Vargas, nesta carta, não assume para si a liderança da revolução. Apenas por ela, não se sabe se fora também pego de surpresa pelo desenrolar dos acontecimentos ou, naquele momento, queria *aparentar ser* (ou de fato *era*) um mero co-participante¹⁴³. Ainda, dá como fato consolidado a presente situação. A revolução era um fato irreversível.

Em sua crítica aos apoiadores da revolução, repudia veementemente a Igreja Católica, principalmente a figura de João Becker, Arcebispo de Porto Alegre, e comenta a reprodução de uma carta do religioso aos seus superiores “no estrangeiro”. Diz a carta:

A revolução no Estado do Rio Grande do Sul tem caráter puramente político, e está completamente alheia ao comunismo (...) o sentimento religioso anima e fortalece os nossos soldados. O Governo nomeia capelães militares de pleno acordo comigo. (...) São infames calúnias as crueldades atribuídas às nossas autoridades, que desempenham suas altas funções com justiça e critério (...) A vitória das tropas coligadas fará surgir uma nova era de prosperidade para a Nação¹⁴⁴

Sua última teoria, de caráter acusatório, trata do papel do Banco do Brasil. Para o general, os dois

¹⁴³ A discussão quanto a Vargas ser *protagonista* ou *coadjuvante* da Revolução de 1930 é tema controverso presente na historiografia e que extrapola os objetivos do presente artigo. Sua análise e considerações exigiriam um estudo detalhado que por ora não nos cabe fazer.

¹⁴⁴ ALMEIDA, op. cit. p.304 e 305.

adversários da revolução no Estado – e talvez da República – eram Exército e Banco do Brasil. Tanto que ambos foram tomados no mesmo dia, simultaneamente. Segundo o jornal *Correio do Povo*, em Cachoeira o valor disponível no Banco do Brasil fora “arrecadado” e depositado no Banco da Província, em seguida. Em Bagé, foi arrecadado e entregue ao Intendente Municipal o dinheiro¹⁴⁵. Onde não havia agência, os revolucionários tomavam a coletoria federal.¹⁴⁶ Também na capital os cofres do banco sofreram assalto: rs. 9.263:594\$000 (nove mil, duzentos e sessenta e três contos, quinhentos e noventa e quatro mil réis) foram entregues aos revolucionários, totalizando cerca de 20 mil contos arrecadados nas 7 agências do Estado¹⁴⁷. Questiona: “*em que obra pública foi empregado esse dinheiro? Não indagemos*”.¹⁴⁸

Conclusão

Seu livro, publicado apenas 13 anos após o início da revolução, e em plena vigência do Estado Novo, constitui interessante e rara obra de oposição à revolução de 1930. Como documento, traz uma versão pouco estudada na historiografia tradicional que trata do período varguista. Apesar de seu esforço de tentar

¹⁴⁵ CORREIO DO POVO, edição do dia 5 de outubro de 1930 in ALMEIDA, op. cit. p. 310 e 311.

¹⁴⁶ ALMEIDA, op. cit. p. 311

¹⁴⁷ *Idem*, p. 315 e 316.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 316.

contextualizar (num espaço considerável dentro de sua obra) sua época, os antecedentes, o livro mais parece tentar desmistificar a sua incapacidade e incompetência em barrar a revolução no momento em que se acontecia no Rio Grande do Sul. Se ele estava realmente míope – à situação – ou não, tragicômica foi sua ida ao médico oftalmologista justamente na data da eclosão do movimento. Simbólico, metafórico, jocoso, talvez. De qualquer modo, o general míope perdeu a briga, mas contou a sua história

Bibliografia

ALMEIDA, Gil. **Homens e Fatos de uma Revolução**. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1943.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas. **Revolução de 1930**. Sítio da Internet. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_html/5458_6.asp> e acessado em 16/05/2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992.

Revoltas e revoluções sul-rio-grandenses sob o prisma historiográfico: breve estudo de caso a partir da imprensa

Francisco das Neves Alves

Ainda no alvorecer da colonização lusitana nas terras rio-grandenses se daria a formação de um regimento militar que despertaria significativa atenção de parte da historiografia, desenvolvendo-se, paulatinamente, a construção de um estereótipo heroico acerca da figura do dragão gaúcho. Assim, a respeito do papel dos dragões na formação histórica sul-rio-grandense, diversas versões foram entabuladas, desde narrações/descrições até a fundamentação de discursos historiográficos que buscaram interpretar historicamente os eventos nos quais estiveram envolvidos aqueles militares. Ao longo do período transcorrido entre a década de 1920 e os decênios seguintes, uma série de trabalhos foi publicada a respeito dos dragões, com a autoria de alguns dos principais representantes da produção histórico-intelectual de então. Nesse sentido, a temática foi interpretada por escritores cujas preocupações principais estavam caracterizadas, em linhas gerais, pela utilização da história como uma lição

cívica e moral prestada pelos antepassados, pela supervalorização do papel do indivíduo como agente transformador da história; pela busca de um estudo neutro dos fatos e pela narração linear dos acontecimentos. Além disso, estes textos se inseriram na construção de um discurso historiográfico cujas análises visavam explicar a evolução histórica gaúcha tendo a sua essência e seu elemento motor exclusivamente orientados pela formação luso-brasileira.

Dessa forma, coube a este discurso historiográfico cristalizar uma identidade para os dragões ao apontá-los como uma das principais forças que levaram à edificação de um Rio Grande de Sul essencialmente ligado com o nacional, ou seja, primeiramente com a formação portuguesa e, posteriormente, vinculado ao Estado Nacional Brasileiro, refutando as teses que visavam atribuir importância à influência platina no devir histórico sul-rio-grandense. Nesse sentido a figura do dragão foi mitificada e elevada ao panteão dos heróis gaúchos, como o indivíduo que agiu, tal como o bandeirante paulista, acima de seus interesses pessoais e, de modo altruístico e patriótico, levou à edificação da terra e do povo rio-grandense-do-sul.

Assim, num fenômeno duradouro, intensificou-se junto à historiografia sul-rio-grandense, um processo de construção discursiva voltado à criação de identidades para o estado, mormente tendo em vista o novo *status* que o Rio Grande do Sul passaria a ocupar no cenário político nacional a partir da chamada Era Vargas. Na elaboração desse discurso, foram criados vários mitos, lendas e heróis e, dentre eles, esteve a figura do dragão gaúcho. Nesse quadro, o dragão foi estereotipado como o herói, a

lenda viva, que levou, altruisticamente, a um bom termo a conquista territorial. Para os historiadores gaúchos dessa época, o dragão executara vital papel na edificação da “alma gaúcha” termo que se tornou inerente a este discurso historiográfico.

A mitificação em torno do dragão gaúcho também esteve presente nos escritos de Borges Fortes, um historiador-militar sul-rio-grandense. O General João Borges Fortes nasceu na cidade de São Gabriel, a 2 de maio de 1872, vindo a falecer no Rio de Janeiro, a 13 de setembro de 1942. Militar de carreira, dedicou-se também à atividade de historiador, sendo membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹⁴⁹. Sua produção de cunho histórico voltou-se essencialmente à formação rio-grandense-do-sul, com especial atenção ao período colonial, mormente às primeiras incursões e às origens da ocupação lusa no território gaúcho escrevendo ensaios, artigos, discursos, biografias e livros.

Dentre suas obras de natureza histórica, destacam-se *O tupi na corografia rio-grandense* (1930), *Troncos seculares – o povoamento do Rio Grande do Sul* (1931), *A estância* (1931), *Cristóvão Pereira de Abreu – a família Fortes* (1931), *Casaes* (1932), *O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande* (1933), *O povoamento inicial do Rio Grande* (1934), *A frota de João de Magalhães* (1934), *De sertão a Estado* (1936), *A fundação do Rio Grande*

¹⁴⁹ Dados biográficos de Borges Fortes obtidos em: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; IEL, 1978. p. 96.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: IEL; A Nação, 1974. p. 85-86

(1937), *Tropeiros* (1937), *Francisco Pinto Bandeira* (1938), *Velhos caminhos do Rio Grande do Sul* (1938), *O retovado* (1940), *Rio Grande de São Pedro* (1941), *O Tratado de 1750 – Gomes Freire, o General* (1941), *General Dias de Oliveira* (1942) e *Gomes Freire de Andrade* (1942)¹⁵⁰. Com referência específica à temática dos dragões no Rio Grande do Sul, Borges Fortes entabulou o artigo *O levante dos dragões do Rio Grande em 1742*, publicado na edição de 18 de novembro de 1930 do jornal carioca *Correio da Manhã*, e reproduzido, mais tarde, em 1939, com o mesmo título no número 74 da Revista do IHGRGS. Através desse trabalho, Borges Fortes constituiu-se num dos propagadores da construção do mito do dragão gaúcho.

Em artigo sobre a fundação do Rio Grande, o autor fez referência à origem do regimento de dragões nas terras meridionais do Brasil, como ponto crucial da conquista, tanto do ponto de vista estratégico-militar quanto da fixação do homem à terra. Afirmava que no Rio de Janeiro e no Rio Grande não se interrompiam os esforços para a consecução da vitória em guerra que não cessara no cenário do Rio da Prata, onde não haviam desaparecido ainda as terríveis ameaças sobre a colônia, embora os efeitos da atividade militar no Presídio só houvessem produzido resultados pacíficos, dado o afastamento longínquo do inimigo¹⁵¹. Como no conjunto de sua obra, o escritor buscava demonstrar o caráter de

¹⁵⁰ MARTINS. p. 96.; e VILLAS-BÔAS. p. 85-86.

¹⁵¹ BORGES FORTES, João. O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 51. 3º trimestre, ano XIII. Porto Alegre: Globo, 1933. p. 63.

heroicidade que demarcaria a conquista colonial do Rio Grande do Sul¹⁵².

Borges Fortes buscou evidenciar as grandes dificuldades pelas quais o original processo colonizatório português em terras gaúchas havia passado, mormente para a instalação dos militares. Em comparação com o caso espanhol, o autor afirmava que as condições do momento eram desfavoráveis para os luso-brasileiros, tendo em vista, em primeiro lugar, a escassez de homens, destacando também que outro obstáculo relativo à criação dos dragões fora o “meio físico”, a partir das pastagens insuficientes na região, além de um quadro de contratempos que não tardaria a agravar-se. A partir da vitória sobre as intempéries – que teriam ocasionado, inclusive, um movimento rebelde sobre o qual o escritor se debruçaria com maior atenção em outro trabalho –, o historiador explanava que se daria a afirmação da ocupação lusitana, advinda também da própria consolidação daquele regimento militar. Nesse sentido, afirmava que, após a efetivação da organização da “famosa unidade”, com o andar do

¹⁵² De acordo com Moacyr Flores, Borges Fortes conceitua a civilização lusitana como uma corrente contínua na marcha em direção ao Prata, sofrendo obstáculos com o visceral antagonismo dos castelhanos. As lutas entre Espanha e Portugal são atribuídas ao ódio racial, desacato ou humilhação ao representante de Portugal. Ainda sobre o autor, Flores enfatiza que, para o escritor-militar, todos os personagens do período colonial são grandes homens, com talento, patriotismo, energia, capacidade de mando e de administração, bem como a expansão portuguesa é classificada como patriotismo. FLORES, Moacyr. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989. p. 32.

tempo, iria ser preponderante o papel dos dragões na história do Rio Grande¹⁵³.

Mais especificamente em seu artigo editado junto à imprensa fluminense, o escritor detinha-se mais especificamente na Revolta dos Dragões, e lançava mão de alguns dos pressupostos que contribuiriam em larga escala no processo de glorificação e heroização desses militares. Além disso, havia em seu texto uma notória identidade entre o objeto de pesquisa abordado e as mudanças político-institucionais vivenciadas ao tempo do autor. O ponto principal deste texto publicado em 1930 e reeditado em 1939 era a tentativa de demonstração de que fora aquele um movimento precursor das “nobres” lutas empreendidas pelos sul-rio-grandenses, no “incansável” embate da “liberdade” contra a “tirania”, fenômeno que bem representava a alocação por parte dessa historiografia da Revolução Farroupilha como epicentro da formação rio-grandense-do-sul¹⁵⁴, criando, através de verdadeira amálgama, uma aproximação entre a Revolta dos Dragões, a Farroupilha e a Revolução de 1930. Tais elementos podem ser detectados através de um breve estudo de caso, na forma de fichas de leitura, acerca do texto elaborado pelo historiador-militar¹⁵⁵.

¹⁵³ BORGES FORTES. 1933. p. 66, 67 e 68.

¹⁵⁴ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O mito do dragão gaúcho*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 5-6 e 77-80.

¹⁵⁵ BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 74. 2º trimestre, ano XIX. Porto Alegre: Globo, 1939. p. 217-223.

O Brasil era a longínqua colônia tosquiada. Seus habitantes tinham um único mister aos olhos cupidos da Corte: procurar e cavar ouro, para atulhar o saco impreenchível da desmedida ambição d'El-Rei. A metrópole queria terras, mais terras, não pela glória das bandeiras da pátria, queria terras onde se encontrassem o ouro. Era a sua obsessão. Inspirada dessa nevrose, atirava os heroicos portugueses, os impertérritos paulistas pelas brenhas dos sertões, pelas regiões hostis do Amazonas, pelas praias ermas do Atlântico; lançara-se um dia até a margem deserta do Rio da Prata, embalada sempre no sonho do Eldorado. E na mesma faina assentara o Presídio de Jesus-Maria-José sobre a praia do Rio Grande, de onde estaria a cavaleiro para firmar-se nas campanhas de Buenos Aires e sondar aquele misterioso Império que os jesuítas tinham erigido nas Missões Orientais do Uruguai.

Já na abertura do discurso elaborado por Borges Fortes ficava evidenciada a visão maniqueísta do bem e do mal e era encontrado o inimigo em potencial, ou seja, a metrópole, referindo-se assim a um elemento do passado remoto, quase que perdido no tempo, constituindo um ente externo ao Estado Nacional Brasileiro. O adversário tudo desejava e para tal explorava os brasileiros. Se essa asserção fosse transplantada para o século XIX, se confundiria com o outro inimigo edificado pela historiografia, ou seja o governo central/regencial, contra os qual lutaram os farrapos e, já na centúria seguinte, o governo das oligarquias centrais da República do café-com-leite. Em outras palavras a dos dragões seria também uma luta

contra um inimigo pouco definido, disforme e sem face
- a tirania.

Havia cinco anos que os dragões do Rio Grande ali tinham aportado, no meio de grandes perigos, e nunca mais lhes chegara o descanso. O inimigo próximo os ameaçava permanentemente, com as suas insídias, com a sua superioridade, com o seu ódio irreconciliável. Era uma tarefa infinita de levantar trincheiras, de construir muralhas, de transportar materiais escassos, de defender postos. As guardas, as faxinas, os piquetes, as sentinelas... De dia aquela faina de construir, de noite a vigilância das armas. E isso sem tréguas, desde o primeiro dia do desembarque, aos 19 de fevereiro de 1737 até àquela data, 5 de janeiro de 1742. Os que desertavam viam-se obrigados a voltar, ou porque fossem caçados nos extremos da vigilância da posição ou porque corriam o risco de morrer à fome ou nas mãos dos índios. Os que iam suportando tinham mais horrores a sofrer. Oficiais e sargentos, não todos, porém, requintavam em crueldade naquilo que eles chamavam a disciplina. Esbordoavam a pau os que lhes decaíam da confiança, chegando ao ponto de os aleijarem, ofendiam-lhes os brios humanos e a dignidade de soldados. Iludiam a lei e enganavam os pobres exilados, aceitando a substituição de alguns que procuravam se eximir legalmente, voltando aos lares, e retendo depois substituídos e substitutos. Naquele degredo, em que tudo faltava, sonegavam os fardamentos e nem a importância que lhes correspondia, e que se ia acumulando, era adjudicada aos seus donos. Os soldados não os recebiam desde vinte meses. Doentes e indo para

o hospital não tinham as dietas regulamentares, que eram desviadas ao sabor dos traficantes incumbidos de cuidar dos infelizes enfermos. A esse quadro de misérias e injustiças ajuntava-se a fome: desde cinco meses que nenhuma embarcação chegara ao porto, e, a última, trouxera mil e seiscentos alqueires de trigo, quando há muito já não havia pão. Tinham lhes prometido pagar toda a farinha vencida, integralmente, mas faltaram a essa palavra. Davam-lhes além da carne, que sobrava naquelas regiões, onde as manadas de gado se espalhavam por milhares de cabeças, uma espiga de milho por dia e uma abóbora para quinze dias! Desgraçado o que reclamasse: a prisão e o calabrote estavam à espera do criminoso. Eram os dragões: não tinham direito de montar a cavalo, e se o faziam, mesmo em selas de sua propriedade, estas eram extorquidas e perdidas pelos seus donos. E eles, como os homens da infantaria e, os da artilharia, eram conventualmente recolhidos aos quartéis, às oito horas da noite, os portões fechados para só se reabrirem na madrugada seguinte quando começava rotativamente aquela vida de sacrifícios, de misérias, de angústias... Presídio era o nome que se dava ao novel estabelecimento na significação de um posto militar; presídio era de fato, pois que, embora habitado por homens livres, se transformara em verdadeira casa dos castigos. A maioria daqueles pobres soldados viera do reino e das capitânias para defender a Colônia do Sacramento e para um corpo de dragões que a ia guarnecer. Seria a vida acidentada, aventureira dos reconhecimentos, das diligências, das cavalgadas... Em vez, os tinham lançado no inferno.

Tal trecho do texto entabulado pelo historiador-militar limitara-se a reproduzir as reivindicações dos dragões expressas no documento de sua lavra. Poderia tranquilamente ser confundido com os vários manifestos farroupilhas, com ênfase ao assinado por Bento Gonçalves em 1838, que se transformaria em verdadeira exposição de motivos dos rebeldes, ou ainda com as inúmeras declarações da Aliança Liberal que surgira como oposição à candidatura governistas em 1929, ou ainda com os discursos elaborados pelos revolucionários de 1930. Deveres em excesso, direitos quase nenhum, obrigações que beiravam o absurdo, controle direto das autoridades governamentais e abuso do poder, era contra essa série de fatores que estariam a lutar os dragões, mas também poderia ser encarado, uma vez eliminadas as peculiaridades de cada tempo, muito proximamente com o mote de luta dos rebelados de 1835-1845 ou mesmo dos objetivos dos opositores à chamada República Velha que chegaram ao poder a partir de 1930. As reivindicações eram diferentes, a conjuntura histórica era outra e os atores sociais variaram com o tempo, entretanto, na concepção do escritor, permaneceria o espírito de luta contra a opressão.

\ Tinham sofrido duramente, demais... Bastava de injustiças, \
 \ de miséria, de fome, de maus tratos: revoltaram-se. \
 \ Desconheceram a autoridade hierárquica daqueles oficiais e \
 \ sargentos, dos seus algozes, cujos galões e divisas eram o \
 \ broquel que acobertava a crueldade, o arbítrio e a violência. \
 \ Pouparam aquele inepto coronel que os comandava e que ali \
 \ andava cego, absorvido pelo pensamento de que aquelas \

inseguras fortificações que se iam erguendo e estendendo para a defesa não só dos corpos, que isso pouco importava, mas da honra de suas armas, da glória de sua bandeira, eram um frágil obstáculo ao inimigo combativo e audaz, que não prevenia os seus ataques. Inepto que não percebia os desmandos e a prepotência de seus imediatos auxiliares para reprimi-las, ele que tinha entretanto um bom coração, capaz de compartilhar e compreender a mágoa e justiça dos seus soldados. Cego... Como havia de ver, como havia de saber, se os protestos não lhe iam aos ouvidos, porque murmurar uma queixa, tentar uma repulsa, a simples suspeita de uma reclamação, eram motivos para redobramos os castigos que aqueles carrascos, de corações empedernidos, infligiam sob o nome de disciplina. Desesperados também, os algozes. É que eles eram como as vítimas sobre que descarregavam a sua raiva, o seu despeito, também vítimas daquele abandono, do exílio forçado a que os tinha atirado o Destino. Salvaram-se poucos dentre os superiores aqueles que, dentro do dever de seus postos, sabiam ser humanos e compassivos e que no momento da crise puderam compreender onde residia a justiça, onde começava o crime.

A visão liberal do direito dos povos de apearem seus maus governantes ficava evidenciada em tais asserções. Abandonados à própria sorte e alvo dos piores tratamentos de parte de seus superiores, de acordo com aquela perspectiva os dragões estariam no seu direito de revoltar-se, como também o estiveram os farrapos contra a “tirania regencial” e os rebeldes de 30 contra o “continuismo oligárquico”. A ação dos militares superiores da época colonial poderia tranquilamente ser confundida com as falhas administrativas dos

governantes, respectivamente, das décadas de trinta do século XIX e XX.

Na véspera de Reis de 1742, os dragões e os demais soldados decidiram não obedecer mais aos tiranos. Surpreendidos, estes alvorotaram-se e decidiram logo a reação violenta: mandaram armar os soldados que ainda não estavam nas fileiras dos rebelados e prepararam-nos para massacrar os seus companheiros de martírios. A sujeição ou a morte... Era o conselho da prepotência, a doutrina invariável do arbítrio, o dilema de fogo que a injustiça, a força bruta, a tirania praticam sempre, quando se prevalecem do nome da lei e exercitam as suas paixões irreprimíveis. Se resistissem, matá-los; se cedessem, culminariam os castigos, resvalariam para a ignomínia. E lá foram os soldados investidos do papel de restaurar a lei... Carregaram os trabucos reivindicadores... de areia. Ninguém obedeceria, todos firmes na revolta contra a opressão.

Nessa parte do texto de Borges Fortes ficava demarcada a perspectiva pela qual a revolta fora o último recurso de que tiveram de lançar mão os dragões, de modo a sobrepujar o abandono e constante maltratar a que eram submetidos. Os manifestos farrapos também recorrentemente iriam justificar o rompimento com o governo central como instância final diante das constantes negativas às reivindicações gaúchas. Já quanto à opção pelas armas dos liberais de 1929-1930 também foi intentada a sua legitimação contra a busca de perpetuação no poder de parte das oligarquias centrais, as quais estariam levando o país à bancarrota a partir da crise econômica internacional, cujos efeitos

alastravam-se pelo mundo. Além disso, o autor apontava para a sempre presente tentativa de repressão aos movimentos rebeldes, fosse à época colonial, imperial ou republicana, mas que, apesar dessas forças da reação, as rebeliões calcadas na justiça, segundo a própria concepção do historiador, tendiam a ser vencedoras, como teria sido o caso dos dragões, dos farrapos e dos aliancistas de 1930.

O forte estava desarmado. Se o castelhano o soubesse, se estivesse avisado do que se ia passando dentro daquelas instáveis trincheiras e espaldões, se aquilo fosse maculado também pela traição, premeditado e concertado com ele?... Se aquela desobediência fosse o prólogo da vingança e das represálias contra os carrascos?... Se as vítimas que tanto haviam sofrido se arvorassem agora em julgadores dos verdadeiros criminosos? Onde iriam a honra das armas, a vida dos oficiais, dos sargentos, o princípio da autoridade que a lei emprestava ao coronel e que ele tão incapazmente deixara arrastar até aquela conjuntura angustiosa? A larga experiência da via, a sua argúcia, o império das circunstâncias fizeram-no compreender de um relance a iminência do perigo, a possibilidade das consequências, o resultado daquele inopinado movimento de revolta. Abriram-se-lhe os olhos e viu que os seus comandados, os resignados, os humildes sofredores, os disciplinados soldados tinham por si a justiça e os sentimentos de bondade humana. Os seus auxiliares, os rudes executores de uma falsa compreensão da lei, os pregoeiros da subordinação incondicional a uma autoridade estúpida e férrea, esses não podiam receber o seu apoio, a sua solidariedade. Porém, não os abandonaria ao ódio que teriam sem dúvida gerado. E naquela terrível situação lembrar-se-ia ele também de que ele próprio precisava salvar-se do opróbrio

que recairia sobre o seu nome. De longe, o governo, a metrópole, o rei, culpados também de muito por semelhante ocorrência, jamais poderiam compreender e explicar que a razão estava com aqueles míseros degredados e aquele surto de rebeldia era justo, humano, iluminado pela bondade divina...

Na concepção do escritor, a razão estava do lado dos rebeldes, apontando que o governante acabara por compreender que não tinha outra alternativa se não aquiescer para com o movimento, embora não chegasse a diagnosticar que a repressão só não viera por total falta de condições das autoridades em executá-la. Nesse sentido, Borges Fortes destacava que o comandante militar daquela longínqua colônia soubera, ao seu modo, transigir, o que não teriam feito as forças legalistas representantes do governo regencial que tentaram sufocar os farroupilhas, desencadeando-se a intensificação do movimento e nem mesmo o Presidente da República, por ocasião da sucessão presidencial em 1929-1930, teria compreendido a necessidade de uma prática rotativa no poder, levando ao deflagrar revolucionário.

Os dragões eram, na sua simplicidade de soldados, almas eleitas. Nem deserção, nem traição, nem vinditas. Aparentemente fora da lei, eles cumpriam os seus deveres de guardas da bandeira de sua pátria, de defensores das linhas confiadas ao seu valor, de depositários da honra militar. Os chefes que abateram não mereciam a honra de os comandar. Elegeram outros, de seu próprio seio, que a posição de extrema fronteira e a proximidade do inimigo impunham como indispensáveis para o caso de terem de combater.

Defenderiam os fortes à custa do todo o esforço. Derramariam o seu sangue pelo seu rei, a quem veneravam com a reverência que a majestade invocava. Eram soldados fiéis à sua própria, que entretanto só lhes falava com as ameaças da lei, o arcabusamento, o degredo, os trabalhos forçados, a vergonha sobre os seus nomes... Pairando sobre tanta abnegação mais um exemplo de grandeza épica: nem uma vingança. Abandonaram os seus algozes ao remorso de suas próprias consciências; atiraram sobre eles o desprezo que as suas almas peçonhentas mereciam. Inverteriam-se os papéis: os fortes e prepotentes de ontem eram os vencidos de agora. Os distribuidores arbitrários de castigos estavam em julgamento, as vítimas eram os juízes.

A intenção deliberada do autor era a de isentar os dragões de qualquer pecha de subversivos, uma vez que teriam mantido a ordem, as rotinas de funcionamento do local e, acima de tudo, a fidelidade para com as forças governamentais. Invocava mais uma vez o direito à rebelião dos povos contra os maus governantes, lembrando o péssimo tratamento sofrido pelos militares, de modo, a partir daí, se tornaria aceitável sua atitude de ruptura para com as regras existentes. Era aquele o mesmo espírito que levara ao rompimento dos farroupilhas para com o governo central e dos revolucionários de 1930 para com o modelo oligárquico vigente.

Os tenentes Barreto e Bandeira, dois oficiais que por sua conduta não se tinham confundido com os seus companheiros, buscaram uma solução para a crise. O coronel desejava-a, os dragões aceitavam-na. Os bravos, os

desinteressados, os honestos soldados, criminosos porque repudiavam chefes indignos, estavam ferreteados por uma convenção que se chama lei. A autoridade, outra convenção, que facilmente se confunde com o arbítrio, ficaria salva. A argúcia do inteligente coronel tudo remediou: os dragões e seus companheiros venciam, porém, assinariam um pedido de perdão que ele magnanimamente concederia. Os rebelados escreveram o seu pedido e nele detalhadamente expuseram o rosário pungente de suas queixas, testemunho clamoroso das injustiças e crueldades que sofriam. O coronel concedia-lhes o perdão e nas dobras desse perdão alcançava o que ele próprio queria merecer, porquanto incluiu como cláusula das formuladas pelos rebeldes que este perdão seria confirmado pelo general Gomes Freire. As surpreendentes mistificações com que se deturpa a verdade, se ilude a lei, se profana a história!! Aqueles homens simples, que poderiam apresentar-se sem mácula de crime a qualquer tribunal, pediram perdão! O coronel, tão generoso, tão magnânimo, tinha uma infinita esperteza. O perdão era principalmente para ele...

Ao referir-se ao fim da Revolta dos Dragões, o historiador-militar incorria no mesmo erro dos demais autores que seguiam aquele mesmo norte discursivo de natureza historiográfica, uma vez que localizavam o encerramento do movimento na concessão do perdão aos rebeldes, quando, em verdade, a rebelião iria continuar, exigindo, inclusive a presença do fundador José da Silva Paes que veio às terras gaúchas no intento de debelar a rebeldia, a qual, entretanto, resistiu e permaneceu ativa, tendo o brigadeiro, inclusive, de retirar-se do povoado e resguardar-se até a chegada de embarcação que trazia parte das necessidades dos

insurretos. Apesar de ainda haver manifestas vontades de manter a revolução, os dragões acabariam por aceitar parte daquilo que lhes era devido, chegando, aí sim, ao final o evento. Além disso, o autor buscava demonstrar que os rebelados haviam encerrado o movimento com provas de coragem e dando indícios que poderiam ter sido melhor valorizados após aquele 1742. A grosso modo, não deixava de ser também uma comparação com a “paz honrosa”, versão segundo a qual os farrapos haviam atingido seus objetivos ao final da guerra, quando, em verdade, o acordo só previa acertos no que tange a questões circunstanciais advindas da própria guerra, ao passo que as reivindicações estruturais ficaram de lado. A ideia da inexistência de vencidos ou vencedores ao final das várias guerras gaúchas, fosse à época dos dragões, fosse ao final da Farroupilha, fosse na década de 1930, aparecia como legitimadora de um discurso harmonizador, propícia ao espírito de união nacional que se tentava criar como convencional após a Revolução de 1930.

Tudo se normalizou. Raiou para os revoltosos uma aurora de justiça. A lei exigia-lhes muito; prometia-lhes tudo; o governo faltavam-lhes também com tudo e por seus instrumentos ainda os maltratava, aviltava e sacrificava. Rebelaram-se. Foi o primeiro levante no Rio Grande do Sul. Calcaram a lei para firmarem o Direito. Bem hajam.

O arremate do texto tinha por significado a unção legitimadora definitiva ao movimento rebelde gaúcho. Como inauguradora da “tradição revolucionária” dos gaúchos, a Revolta dos Dragões seria tratada como um

evento que servia para justificar a “alma farrapa” que aflorara no século XIX. Estranhamente um evento acontecido posteriormente servia como referencial a um acontecimento ocorrido preteritamente. Já a culminância de tal estado de espírito libertário teria se dado a partir de 1930, com a Revolução que levava os gaúchos ao poder. Ficavam os dragões, assim, plenamente absolvidos por estarem seguindo o caminho da justiça ao pegar em armas. Mas era evidente que o autor não estaria a promover a ideia de que qualquer grupo pegasse em armas para enfrentar governos constituídos, só devendo ser apresentados como modelos do “espírito revolucionário gaúcho”, a própria Revolta dos Dragões, a Farroupilha e a Revolução de 1930.

Nesse sentido, a construção discursiva entabulada pelo general João Borges Fortes estava completamente a contento com a época na qual o militar escrevera. Suas concepções estavam articuladas ao contexto histórico no qual o Rio Grande do Sul afirmava-se nas articulações pela posse do poder, típicas da década de trinta, no nascedouro e afirmação da chamada Era Vargas. O artigo original de Borges Fortes, fora publicado no jornal do Rio de Janeiro *Correio da Manhã* e datava de 18 de novembro de 1930, não constituindo isso uma simples coincidência em relação ao movimento que ocorrera um mês e meio antes desta edição. Nada mais legitimador que confirmar o espírito sul-rio-grandense voltado à liberdade e sua predestinação na luta contra a tirania, quando, há poucos dias, se dera a culminância da Revolução de 1930.

Portanto, em extrema consonância estava o texto de Borges Fortes com a nova ordem de coisas, ou seja, era a época ideal para se comentar sobre a justeza de uma revolta que unira todos os militares (e é claro, exclusivamente eles, de acordo com o discurso vigente, que negava qualquer tipo de participação popular) contra a arrogância e a “tirania” de seus líderes, ou ainda o apelo ao direito à revolução dos povos, na luta contra os maus administradores, pois, nada mais natural que abjurar aqueles que não mereciam a “honra de comandar” e rejeitar os “chefes indignos”. Era uma verdadeira apologia ao espírito “libertário” e “rebelde” do gaúcho, onde estariam irmanadas a Revolta dos Dragões, a Revolução Farroupilha e a Revolução de 1930, articuladas no eterno embate entre liberdade e tirania, com a vitória da primeira, segundo os novos detentores do poder, a partir da fundação da chamada República Nova¹⁵⁶. Nada melhor que um artigo publicado junto à imprensa da capital federal para promover tais pressupostos, mesmo que nas entrelinhas e de modo sub-reptício¹⁵⁷.

¹⁵⁶ ALVES. p. 87.

¹⁵⁷ Texto publicado originalmente em: *Imprensa e caricatura no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2010. p. 147-158.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO)** de Estudos Globais da **Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-140-8